

NOVO PRESIDENTE DA ORDEM DOS ECONOMISTAS PRETENDE MANTER A "INDEPENDÊNCIA".

22

PSD faz contas em Lisboa



Albuquerque pede menos custos enquanto Jardim prolonga a austeridade 8

RESTRIÇÃO A AUTOMÓVEIS DIVIDE OPINIÕES

Medida para evitar poluição no centro das cidades tem causado polémica 6 e 7

VENEZUELA "DE OLHO" NOS GROSSISTAS E DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS 12

PNEUMONIAS ESTÃO EM ALTA NA MADEIRA 16

FUNCHAL JAZZ "É UMA MARCA DA CIDADE DO FUNCHAL" 32

CRISE ECONÓMICA E SOCIAL OBRIGOU AO "REGRESSO A CASA" DE FILHOS E NETOS 18



PS-M AFUNDA COLIGAÇÃO ÀS REGIONAIS

O presidente do PS-M, Victor Freitas, pretendia concorrer às eleições regionais antecipadas numa coligação de partidos ainda maior que aquela que em 2013 levou Paulo Cafôfo à conquista da Câmara Municipal do Funchal. Mas os planos parecem não ter passado das intenções: PCP e BE já disseram que não querem juntar-se aos socialistas e o CDS/PP reserva conjecturas para o cenário pós-eleitoral. Com o PS-M debaixo de fogo, Victor Freitas é acusado de "falta de abertura". 4 e 5

Turismo em crescimento

O crescimento a dois dígitos reforça turismo como motor da economia nacional. 27

Afonso Santos arrasou em 2014 17



Hospitais do SNS devem ter mais do que um endocrinologista

Defende Silvestre Abreu. O médico participa no Congresso Português de Endocrinologia 2015, no Funchal. 32



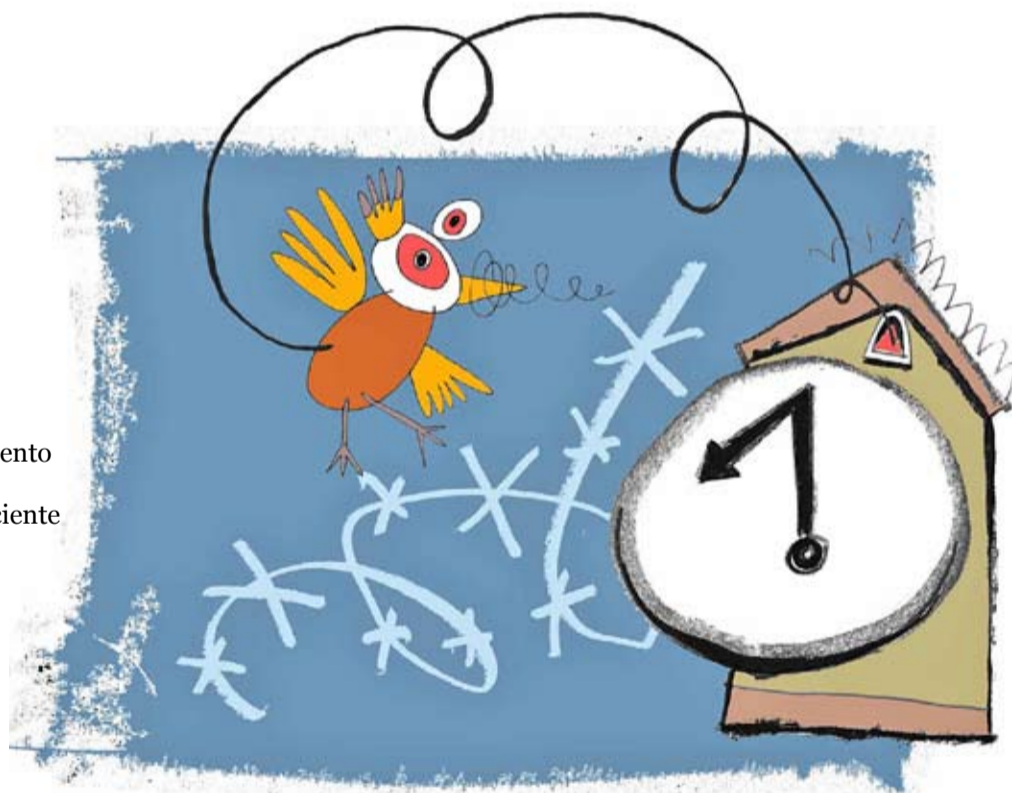
Um minuto de silêncio...

[para ser lido de pé e para dentro]

- ...por todas as pessoas que morrem diariamente por falta de água potável
- ...por todas as crianças que morrem diariamente desnutridas
- ...por todas as mulheres que são diariamente espancadas
- ...por todos os povos dizimados pela falta de uma simples e quase gratuita vacina
- ...por todos os animais maltratados e abandonados à sua sorte
- ...por todos os idosos abandonados à sua morte
- ...por todas as práticas pedófilas, sobretudo quando praticadas por religiosos
- ...por todos os políticos ignorantes, cínicos e hipócritas
- ...por todos os arrogantes, soberbos, presunçosos e incapazes que não têm onde cair mortos
- ...por todas as palavras assassinadas pelos jornalistas medíocres e iletrados
- ...pelo sinistro “preso político” de Évora, protagonista avulso e medíocre desta “ditadura” em que vivemos, R.I.P.
- ...por todos os tachistas que se encontram à beira do precipício lobístico-regional
- ...por todos os que agora saem de cena, alquebrados pela sua insignificância, pela sua falta de bri(lh)o, pela sua inutilidade, pela sua frustração por jamais terem tido autoridade própria
- ...por todos os carreiristas que agora correm atrás dos novos tachos regionais
- ...por todos os abraços falsos e votos mentirosos
- ...por todos os que praticam a histeria extremista e fundamentalista
- ...por todos os que alimentam o ódio racial e religioso
- ...por todos os que insultam a inteligência dos inteligentes
- ...por todos os que alinham em carneiradas e não têm postura própria
- ...por todos os que vergam a cerviz e são larvas da raça humana
- ...por todos os que beijam mãos, e pés e anéis e ânus em troca de um favorecimento
- ...por todos os que não se conseguem fazer ouvir por não terem a coragem suficiente
- ...por todos os que têm medo de ter opinião e são castrados da sociedade
- ...por todos os que vivem na ganância e na ambição desmedida e desumana
- ...por todos os que corrompem e se deixam corromper
- ...por todos os que traficam e se deixam traficar
- ...por todos os que mal amam e jamais serão amados
- ...por todos os que aterrorizam os mais fracos
- ...por todos os que vivem sós no meio da multidão
- ...por todos os que são escravos da escravidão humana
- ...por todos os que falam de promover e defender a cultura e não sabem interpretar um texto
- ...por todos os que se dizem democratas e não sabem conviver com a democracia crítica e corrosiva
- ...por todos os que pensam poder coartar a liberdade
- ...por todos os que não se atrevem, não ousam, não arriscam, não lutam
- ...por todos os que ao lerem esta página de alguma forma se revêm



ANTÓNIO BARROSO CRUZ
abcruz291@gmail.com



Portugal com a terceira dívida pública mais elevada na UE

A dívida pública de Portugal era em Setembro a terceira mais alta da União Europeia (UE), representando então 131,4% do produto interno bruto (PIB), revelou esta quinta-feira o Eurostat.

No final do terceiro trimestre de 2014, o país com dívida pública mais alta era a Grécia, com esta a representar 176% da riqueza produzida, seguindo-se a Itália, com 131,8% do PIB, e então Portugal.

Os dados divulgados pelo gabinete oficial de estatísticas da UE indicam ainda que, na comparação com o segundo trimestre de 2014, a dívida pública de Portugal subiu 1,9 pontos percentuais para 131,4% do PIB, na segunda maior subida deste rácio entre os 28 Estados-membros, apenas atrás da Bulgária (+3,1 pontos percentuais).

No final de Setembro, a dívida pública portuguesa era de 228,36 mil milhões de euros, mais 4231 milhões de euros do que o valor do final do segundo trimestre.

Já no total da zona euro, no terceiro trimestre de 2014, a dívida pública

valia 92,1% do PIB, ligeiramente abaixo dos 92,7% do fim do segundo trimestre. No total dos 28, o rácio também diminuiu de 87% para 86,6% do PIB, uma baixa que o Eurostat diz que acontece após 15 trimestres consecutivos de subidas.

Os países com menores dívidas públicas face ao PIB eram, no final de setembro, Estónia (10,5%), Luxemburgo (22,9%) e Bulgária (23,6%)

Na comparação homóloga - em relação ao final do terceiro trimestre de 2013 - a dívida pública subiu quer no espaço da moeda única (era de 91,1%), quer na UE (era de 85,3%), tendo Portugal sido um dos 18 Estados-membros a registar também uma subida. Portugal aumentou, nesse período, a dívida em 3,6 pontos percentuais, dos 127,8% do PIB para 131,4%.

O Conselho de Finanças Públicas estimou, esta semana, que a dívida pública em 2014 foi superior aos 127,2% do PIB definidos pelo Governo e que, apesar da melhoria registada em Novembro, a redução de Dezembro foi "insuficiente" para

cumprir o objectivo anual.

Pagamento antecipado ao FMI

A ministra das Finanças afirmou que Portugal está em condições de "iniciar os procedimentos necessários para o reembolso antecipado ao FMI", tendo em conta a normalização do acesso do Tesouro português aos mercados.

Para aproveitar as taxas de juro mais baixas que o Tesouro está a conseguir no mercado para obter financiamento, o Governo vai seguir os passos da Irlanda e negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a antecipação do reembolso do empréstimo concedido pela instituição entre 2011 e 2014.

Ouvida nesta quarta-feira no Parlamento, na comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a ministra das Finanças afirmou que Portugal está em condições de "iniciar os procedimentos necessários para o reembolso antecipado ao FMI", tendo em conta a normalização do acesso do Tesouro português aos mercados.

INQUÉRITO ONLINE

Vote no site:
tribunadamadeira.pt

Concorda com o prolongamento do plano de austeridade para a Madeira até final de 2015, pedido por Alberto João Jardim?

Pergunta anterior:
Concorda com a injeção de mais dinheiro por parte do Governo Regional nas Sociedades de Desenvolvimento da Madeira?

Não - 89% | Sim - 11%

Rede de Mupis e Abrigos de Paragem na Ilha do Porto Santo

O clima e a Praia da Ilha do Porto Santo, proporciona às pessoas o bem-estar e felicidade.

O Liberal, comunicações, lda.
Edifício "O Liberal"
PEZO - Lote 7
9300 Câmara de Lobos
T. 291 911 300 F. 291 911 309
E. comercial@oliberal.pt

MUPIS



DIMENSÃO

. 1,20 x 1,76 mts

ALUGUER

. 24 faces de Mupis
. 12 faces de Abrigos

LOCAL

. Mupis no Centro
. Abrigos de Paragem nas Zonas Rurais

ABRIGOS DE PARAGEM



PS-M afunda coligação às regionais

Candidatura como cabeça-de-lista e «off-shore» ditam isolamento de Victor Freitas



O presidente do PS-M, Victor Freitas, pretendia concorrer às eleições regionais antecipadas numa coligação de partidos ainda maior que aquela que em 2013 levou Paulo Cafôfo à conquista da Câmara Municipal do Funchal. Mas os planos parecem não ter passado das intenções: PCP e BE já disseram que não querem juntar-se aos socialistas e o CDS/PP reserva conjecturas para o cenário pós-eleitoral. Com o PS-M debaixo de fogo, Victor Freitas é acusado de “falta de abertura”.

A proposta feita pelo líder do PS-M, ainda há poucos meses, pretendia repetir o modelo seguido nas eleições autárquicas de 2013, quando uma coligação de vários partidos permitiu ao «Movimento Mudança» levar Paulo Cafôfo à presidência da Câmara Municipal do Funchal (CMF). Desta vez, Victor Freitas já apontava para a hipótese de “uma coligação ainda maior que nas autárquicas” concorrer às eleições previstas para final de Março, antecipadas devido ao pedido de exoneração de Alberto João Jardim.

O objetivo é cada vez mais uma miragem, a cerca de dois meses do sufrágio que vai escolher o novo presidente do Governo Regional da Madeira. Aos poucos o PS-M liderado por Victor Freitas vê

cair por terra aquela que já foi considerada uma “hipótese de ouro” para destinar o PSD-M da governação que mantém há quase quatro décadas.

O secretário-geral do PCP foi o último dirigente partidário a dar indicações que o projeto do líder socialista não tem futuro. Jerónimo de Sousa assumiu há poucos dias que a Coligação Democrática Unitária (CDU) deverá concorrer sozinha às eleições regionais antecipadas na Madeira. É a mesma estratégia que vai ser seguida pelo Bloco de Esquerda.

“Independentemente de qualquer consideração, este grande projeto da CDU continua a valer muito e, nesse sentido, iremos concorrer no quadro da CDU”, afirmou o dirigente comunista.

Também Catarina Martins já havia anunciado que o BE irá apresentar-se em listas independentes nas eleições que vão escolher o sucessor de Jardim à frente do Governo Regional. A decisão foi tomada depois da estrutura regional do Bloco ter proposto à Mesa Nacional do partido a apresentação de uma candidatura autónoma. A decisão foi votada favoravelmente, por maioria e apenas com três abstenções. Catarina Martins não deixou de apontar o dedo ao PS-M e a Victor Freitas.

“Lamentavelmente, a proposta do PS está nos antipodas do que é a coligação «Mudança», porque o programa político não oferece condições de rutura e de mudança e porque não teve abertura do ponto de vista dos seus protagonistas para existir a pluralidade e a base social necessárias para dar força a essa alternativa”, justificou a dirigente do BE.

Eleições decisivas com nova liderança no PSD-M

Foi a junção de partidos como o PS/BE/PND/MPT/PTP/PAN que permitiu à coligação «Mudança», em 2013, reconquistar a autarquia do Funchal aos social-democratas, uma edilidade até então liderada pelo atual presidente da Comissão Política do PSD-M, Miguel Albuquerque. Victor Freitas pretendia que

a coligação fosse reanimada para as regionais antecipadas deste ano, um projeto a que o presidente do PS-M também pretendia juntar o CDS/PP-M de José Manuel Rodrigues, o segundo partido mais votado na Madeira

A intransigência do líder socialista, que não dá sinais de recuar na intenção de ser o candidato a presidente do Governo Regional, começou desde logo por esbarrar nas ideias defendidas pelo presidente dos centristas madeirenses, o qual sempre defendeu uma candidatura encabeçada por um independente.

Mas o nome de Victor Freitas como candidato a sucessor de Alberto João Jardim na presidência do Governo Regional não foi o único entrave a que as negociações para uma coligação chegassem a bom porto. No caso do BE, por exemplo, o desacordo com os socialistas teve por base não apenas as divergências quando às medidas a tomar acerca do «off-shore» da Madeira como a elaboração de listas conjuntas. Catarina Martins acabou mesmo por lamentar que o PS “queira ter uma candidatura em que as outras forças políticas sejam meros apoios”.

A pressão sobre o líder do PS-M assume contornos ainda mais fortes numa altura em que o partido majoritário, o PSD-M, vê-se agora lançado para eleições regionais com um novo presidente da Comissão Política, Miguel Albuquerque. Um momento que poderia ser decisivo, consideram os partidos minoritários, quase 40 anos depois de governação «jardinista».

“Nós não deixamos de lembrar que Miguel Albuquerque, durante duas décadas, esteve à frente da Câmara Municipal do Funchal por indicação de Alberto João Jardim, que conviveu e apoiou o «jardinismo» e foi cúmplice do clientelismo, da corrupção e da falta de liberdades na Madeira”, sublinhou Catarina Martins, do BE.

PS-Funchal discorda e pressiona Freitas

Para os partidos desavindos com a estratégia do líder do PS-M, uma coligação de vários partidos para as regionais antecipadas sem um

independente como cabeça-de-lista deixaria muitas dúvidas no eleitorado, principalmente quando o CDS/PP-M, e sobretudo o BE, pretendem apresentar-se a eleições marcando um distanciamento face aos socialistas. Isto apesar de existir dentro do Bloco quem defendesse que uma ida a votos com o PS-M traria vantagens eleitorais a um partido que, desde 2011, deixou de ter qualquer representação parlamentar na Assembleia Legislativa da Madeira.

O atual cenário acaba por não favorecer o líder do PS-M até dentro do seu próprio partido. E a Comissão Política concelhia do PS-Funchal já deu o mote para a contestação à estratégia seguida por Victor Freitas. No início desta semana a estrutura partidária liderada por Miguel Iglésias, o chefe de gabinete de Paulo Cafôfo na CMF, fez saber ao presidente do partido que é um erro insistir numa coligação nas atuais circunstâncias.

A pressão da estrutura concelhia para que Victor Freitas convocasse com urgência a Comissão Política Regional teve efeito, estando o encontro marcado para a próxima segunda-feira (26). A intenção passa por reavaliar a estratégia socialista para as eleições regionais antecipadas, cuja data ainda não foi marcada pelo presidente da República, Cavaco Silva, mas que a maioria dos partidos representados na ALM preferem que seja a 29 de Março.

Quem também não se colocou à margem da polémica foi o PTP de José Manuel Coelho, que esta semana quis esclarecer a sua posição dentro da coligação para as eleições regionais, reagindo às questões levantadas pela concelhia do PS do Funchal.

“Em todo o processo respeitante à coligação, o PTP sempre se manteve de forma responsável, aberta e dialogante com o objetivo de não desperdiçar uma das poucas oportunidades que a oposição à esquerda tem para demonstrar aos madeirenses e portosantenses que existe uma alternativa à direita”, disse o partido em comunicado, salientando não querer discutir na praça pública “divergências internas de outros partidos” que “devem ser resolvidas internamente e não no contexto da coligação”. “Da parte do PTP continuamos a entender que só com uma larga convergência dos partidos de esquerda será possível derrotar o jardimismo/albuquerqueismo, com a perfeita noção das dificuldades que poderão existir em todos os partidos onde existem «velhos do Restelo» que têm dificuldades em

aceitar as mudanças necessárias e desafios que a Madeira tanto precisa.”

Cafôfo provou que «jardimismo» não é imbatível

Terça-feira, em artigo de opinião no «Público», Francisco Louçã acabou por abordar as incidências políticas na Madeira, aquela que considera ser “a parte mais excepcional de Portugal” devido a “trinta e sete anos de tutela unipessoal, a um delírio orçamental que criou uma imensa corte de beneficiários, a demagogia a rodos e a um populismo vertiginoso”. Para Louçã, foram estes “os pilares do poder do PSD de Jardim”.

O ex-coordenador do BE diz que a “excepcionalidade” da Madeira exigia “respostas notáveis” a nível político. E lembra o próprio que “há mais de uma dúzia de anos”, quando tinha “responsabilidades políticas” no BE, chegou a discutir com o então número dois do governo e do PS, Jorge Coelho, um acordo para uma lista candidata às eleições para a presidência da CMF.

“Se envolvesse toda a esquerda e o centro junto com independentes e tivesse um programa empenhado e claro, era possível. Não foi. Esse acordo só foi celebrado uma década depois e, embora com faltas de comparência (a CDU), foi o suficiente para ganhar a Câmara do Funchal com um candidato independente e um programa virado para relançar a democracia municipal”, recorda Francisco Louçã, para quem a vitória de Paulo Cafôfo no Funchal “ensinou pelo menos que o jardimismo não é imbatível e que um programa popular pode ser construído à escala local”.

A evocação do passado permite ao ex-coordenador nacional do BE lamentar o fracasso das negociações para uma coligação às próximas eleições regionais. A falta de “empenho inventivo” e de “compromisso popular” são os motivos que, para Francisco Louçã, terão estado na base do impedimento.

“O PS não aceita qualquer mudança no «offshore» do Funchal e só celebrará uma coligação que defenda a continuação da praça financeira: é o seu presidente, Victor Freitas, quem o reafirma categoricamente. O pretexto é este: se Portugal continuar a abrir a porta à evasão fiscal de outros países, a Madeira ganha 130 milhões por ano. Fraca conta e, sobretudo, cálculo político errado. A conta é infundada porque, se a Madeira recebe 5% de IRC



pelas empresas que nela ficticiamente registam alguns ganhos, também aumenta contabilisticamente o seu PIB pelos 100% desse registo e, assim, perde apoios comunitários e outros. No balanço, a Madeira fica a perder”, assinala Louçã.

“Era escusado dar a vitória a Albuquerque”

O ex-coordenador do BE considera que “qualquer partido que insista em manter esta situação pode fazer muitas declarações agradáveis, mas não pode apresentar um governo alternativo ao jardimismo”. É o primeiro obstáculo, o outro é o facto da eventual lista coligada “ficar limitada a partidos que, na Madeira, são todos pequenos e pouco expressivos” ao invés de “procurar todas as melhores forças e personalidades independentes”.

“Para tornar uma solução ainda mais difícil, o PS terá afirmado simplesmente uma conceção fechada, reduzindo os outros partidos a satélites do seu presidente, e portanto só conseguiu agregar os partidos regionais mais próximos (pelas notícias, serão o PTP, PND, MPT e PAN). Pouco acrescenta pouco a pouco, e assim a derrota fica escrita”, diz Francisco Louçã. “Faltou ousadia e rasgo. Faltou o princípio de tudo, um programa para mobilizar uma mudança credível. E faltou juntar quem era preciso para isso. Era escusado dar a vitória a Miguel Albuquerque e, no entanto, foi isso que o PS decidiu, desistindo da Madeira.” ●

CARTÓRIO NOTARIAL DE GABRIEL J RODRIGUES FERNANDES

Rua das Comunidades Madeirenses, nº 7 C

9350-210 Ribeira Brava

Tef. 291 952 230 Fax: 201 951 690

E-mail – notário.gabrielf@mail.telepac.pt

(publicado no Tribuna da Madeira a 23-01-2015)

Certifico para fins de publicação que por escritura lavrada a dezasseis de Janeiro de 2015, exarada de folhas quarenta e cinco e seguintes, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 212-A, deste Cartório Notarial, José Luís Gouveia de Sousa, NIF 102.411.212 e mulher Rosalina Pereira de Sousa, NIF 102.411.239, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, ela natural da freguesia de Campanário, concelho da Ribeira Brava e ele natural da freguesia da Fajã da Ovelha, concelho da Calheta, onde residem ao sítio da Lombada dos Marinheiros, declaram-se, com exclusão de outrem donos e legítimos possuidores, dos seguintes prédios:

I) - Prédio urbano, localizado ao sítio da Lombada dos Marinheiros, freguesia da Fajã da Ovelha, concelho da Calheta, com a área de cento e dezasseis metros quadrados, dos quais setenta e seis metros quadrados são de superfície coberta, a confinar do Norte com Estrada Nacional, Sul com Estrada Municipal, Leste com Rosa Pereira e Oeste com servidão, inscrito na matriz predial sob o artigo 49, sem valor patrimonial discriminado por se encontrar pendente de avaliação mas com o valor atribuído de dois mil e quinhentos euros, descrito na Conservatória do Registo Predial da Calheta sob o número trinta e nove, daquela freguesia e registado a favor de Felisbela Maria Correia e marido Manuel Augusto Correia, casados no regime da comunhão geral de bens, residentes no Monte Vista, Cidade do Cabo, África do Sul pela apresentação dezanove, de vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco.

II) - Prédio misto, localizado ao Serrado da Eira, Lombada dos Marinheiros, dita freguesia da Fajã da Ovelha, com a área total de trezentos e cinquenta metros quadrados, dos quais cinquenta e cinco metros quadrados são de superfície coberta, a confrontar a Norte e Leste com o Caminho Municipal, Sul com Manuel Luís Ribeiro e Oeste com Estrada Nacional, inscrito na matriz a parte rústica sob o artigo 35908, com o valor patrimonial de €27 e a parte urbana sob o artigo 48, sem valor patrimonial discriminado por se encontrar pendente de avaliação mas com o valor atribuído de dois mil e quinhentos euros, descrito na Conservatória do Registo Predial da Calheta sob o número cento e oitenta e cinco, da dita freguesia da Fajã da Ovelha e registado três sétimas partes a favor de José Ivo Gouveia de Sousa e mulher Maria Teresa Agrela Paulo, casados sob o regime da comunhão geral de bens, residentes na África do Sul, pelas apresentações dois e três, ambas de vinte e quatro de Abril de mil novecentos e noventa e dois, mas sem qualquer inscrição em vigor quanto às restantes quatro sétimas partes.

III) - Prédio rústico, localizado na Levada dos Pelames, Lombada dos Marinheiros, da mencionada freguesia da Fajã da Ovelha, com a área de noventa metros quadrados, a confrontar a Norte com João Correia, Sul com António Correia, Leste com a Levada e Oeste com o Caminho Municipal, inscrito na matriz sob o artigo 35943, com o valor patrimonial de €89 e com o valor atribuído de cinquenta euros, descrito na Conservatória do Registo Predial da Calheta sob o número quatrocentos e um, da dita freguesia da Fajã da Ovelha e registado a favor de José Ivo Gouveia de Sousa e mulher Maria Teresa Agrela Paulo Sousa, casados sob o regime da comunhão geral de bens, residentes na África do Sul, pela apresentação três, de vinte e quatro de Abril de mil novecentos e noventa e dois, sendo certo que foi feita notificação dos mesmos e no caso de estes já terem falecido, de seus herdeiros incertos, conforme documentos arquivados neste Cartório, no respectivo maço.

Que os identificados prédios vieram à posse dos justificantes, no ano de mil novecentos e oitenta e seis, por compra verbal e não titulada, feita a José Ivo Gouveia de Sousa e mulher Maria Teresa Agrela Paulo Sousa, sob o regime da comunhão geral de bens, residentes na África do Sul, tendo por sua vez adquirido o prédio identificado em I), no ano de mil novecentos e oitenta e cinco, por compra verbal e não titulada, feita a Felisbela Maria Correia e marido Manuel Augusto Correia, casados no regime da comunhão geral de bens, residentes no Monte Vista, Cidade Cabo, África do Sul, não tendo os justificantes ficado a dispor, nem dispondendo actualmente de documento algum que lhes permita fazer prova do respectivo direito de propriedade.

Que, desde então, os têm vindo a possuir, durante mais de vinte anos consecutivos, pública e pacificamente, como coisa própria, de boa fé, amanhando e cultivando a terra, habitando e procedendo a melhoramentos nos urbanos, pagando as respectivas contribuições ao Estado, colhendo em seu exclusivo proveito as respectivas utilidades, pelo que os adquiriram a título originário, por usucapião.

Cartório Notarial Privado do Notário Gabriel Fernandes, sito na Ribeira Brava, 16 de Janeiro de 2015.

O Notário:
Gabriel José Rodrigues Fernandes

Restrição a automóveis divide opiniões

Medida para evitar poluição no centro das cidades tem causado polémica



A Câmara de Lisboa proibiu a circulação de carros velhos em zonas demarcadas da cidade, uma medida amiga do ambiente que tem suscitado diferentes reações. É uma hipótese que ainda não chegou à Madeira. O Funchal deverá continuar a optar pelo encerramento de ruas ao tráfego.

A simples hipótese de o Funchal passar a restringir o acesso de veículos automóveis à baixa da cidade causou algum alvoroço nas redes sociais da internet. E para isso bastou que a vice-presidente da Câmara Municipal do Funchal (CMF) abordasse o tema de forma informal. A medida que pretende ser amiga do ambiente divide os condutores madeirenses.

É uma possibilidade sobre a qual Idalina Perestrelo se pronunciou em Agosto de 2010, estava a atual autarca ainda longe de imaginar que iria cumprir funções executivas na CMF. A vice-presidente de Paulo Cafôfo era então presidente da delegação regional da associação ambientalista Quercus.

Idalina Perestrelo considerou na altura que a taxação das viaturas particulares como forma de restringir o acesso ao centro da cidade seria “complicado, mas, se calhar, uma medida futura e em última instância, caso não se consiga por outras vias”. O encerramento de ruas ao trânsito automóvel era então a hipótese melhor colocada em cima da mesa, mas não considerava que a restrição ao acesso fosse baseada em emissões de gases ou ano de matrícula.

A então presidente da Quercus defendeu que a criação de parques de estacionamento na periferia da cidade e circulação de autocarros feita de forma planeada devia ser a melhor forma para resolver o tráfego direcionado ao centro do Funchal.

“O autocarro, o transporte público tem de ser mais confortável e mais barato do que o nosso automóvel porque, infelizmente, os preços não são apelativos. É um conjunto de coisas que têm e devem de ser alteradas para que tenhamos uma cidade mais ecológica, mais poupados na energia e com menos necessidade de energias fósseis”, sublinhou.

CMF já admitiu encerrar mais ruas

Em Setembro de 2014, era já Idalina Perestrelo vice-presidente da CMF, a autarca voltou a falar na necessidade de retirar o tráfego de dentro das cidades. Estava-se em vésperas da capital madeirense comemorar pela primei-

ra vez o «Dia Europeu Sem Carros», uma iniciativa inserida na Semana Europeia da Mobilidade, quando Idalina Perestrelo confirmou que a autarquia estava a estudar o encerramento definitivo de várias ruas.

A «Semana da Mobilidade», comemorada desde 2002, visa sensibilizar para a mobilidade e para qualidade de vida dentro das cidades. O tema escolhido para 2014 foi «As nossas ruas, a nossa escolha», que chamou a atenção para a necessidade de retirar o tráfego de dentro das cidades.

O «Tribuna» procurou obter maiores esclarecimentos sobre esta matéria junto da CMF, mas não foi possível até fecho desta edição.

A restrição automóvel ao centro das cidades é um tema na ordem do dia. Recorde-se que os automóveis com matrículas anteriores a 2000 e a 1996 passaram a estar proibidos, a partir de 15 de Janeiro, de circular entre as 7h e as 21h dos dias úteis no centro da cidade de Lisboa. Estas restrições de circulação enquadram-se na terceira fase das Zona de Emissões Reduzidas (ZER). A segunda fase foi implementada em 2012 e a primeira criada em 2011.

Excetuam-se a estas restrições os veículos de emergência, históricos, de residentes, de polícia, militares, de transporte de presos, blindados de transporte de valores, os carros a gás natural, GPL e os motociclos. Os táxis terão um período de exceção até 30 de Junho.

Restrições para cumprir normas europeias

As restrições à circulação de carros velhos na cidade de Lisboa tem tido resistências nos mais variados quadrantes. O presidente do Automóvel Clube de Portugal (ACP) já disse que é uma medida descabida que não vai ter efeitos práticos. Carlos Barbosa defende que mais eficaz seria uma intervenção ao nível dos transportes públicos.

“Só os transportes públicos, sozinhos, poluem mais do que todos os carros juntos que circulam durante o dia em Lisboa”, argumentou o presidente do ACP.

De acordo com a Câmara Municipal de Lisboa, as restrições à entrada na cidade de carros mais poluidores acontecem no âmbito da obrigação da autarquia em



cumprir normas ambientais europeias.

“Está a ser feito um esforço para devolver o espaço público aos visitantes e residentes de Lisboa. É um conjunto de medidas que se comple-

mentam, mas esta é uma das mais importantes, porque a principal fonte de poluição no centro da cidade de Lisboa não vem da indústria, vem do sector dos transportes”, refere o diretor da Mobilidade e

Transporte da autarquia, que lamentou a falta de influência nos transportes. “A cidade de Lisboa não tem um controlo direto sobre os transportes públicos, que gostaria de ter e já manifestou interesse.” ●



Canico Shopping

SEJA NOSSO PARCEIRO



Loja 3

PERFUMARIA

LOJA DISPONÍVEL

☎ 291 935 600
@ canicoshopping@netmadeira.com


PSD-M faz contas em Lisboa

Albuquerque pede menos custos enquanto Jardim prolonga a austeridade

Miguel Albuquerque foi a Lisboa defender ligações aéreas mais baratas na mesma semana em que se soube que Alberto João Jardim pediu ao Executivo liderado por Passos Coelho o prolongamento da austeridade para a Madeira até final de 2015. Em causa está um financiamento de 320 milhões de euros. O novo líder do PSD-M estranha o “desconhecimento” da Oposição.

RICARDO SOARES

rsoares@tribunadamedeira.pt



A Comissão Política Regional do PSD-M repudia a “tentativa de alegado desconhecimento por parte da Oposição” e lamenta que esta “esteja contra a possibilidade da Região poder beneficiar de 320 milhões essenciais para o futuro”. Em causa está o pedido de prolongamento do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), que irá agora até final de 2015 e permitirá à Madeira obter um financiamento do Estado. “É do conhecimento comum de todos os partidos com assento na Assembleia

Regional a possibilidade da RAM beneficiar de uma tranche de 320 milhões de euros de financiamento ao longo deste ano no âmbito do PAEF. Tal possibilidade existe desde o momento da celebração do programa de assistência e consta dos documentos oficiais, inclusive do Orçamento Regional para 2015 discutido e aprovado na Assembleia Regional”, sublinha o comunicado enviado ontem às redações e assinado por Miguel Albuquerque, o presidente da Comissão Política. “A Região só poderia beneficiar deste financiamento de 320 milhões caso o programa se prolongasse até ao final de 2015. Estes 320 milhões de euros são decisivos para apoiar a Região no cumprimento de obrigações já constituídas, bem como para auxiliar o início de um ciclo de crescimento económico e promoção do emprego.”

O comunicado surge um dia depois de ter sido noticiado que Executivo de Alberto João Jardim pediu ao Governo de Passos Coelho o prolongamento por mais um ano do PAEF da Madeira para garantir a última tranche do empréstimo definido no plano de resgate. De acordo com o jornal «Público», o Governo de Jardim tomou esta decisão em segredo, sem ouvir os partidos nem a Assembleia Regional que aprovou o PAEF e estando já em funções de gestão.

O pedido de prorrogação do prazo foi formalizado a 19 de Dezembro do ano passado, dia das eleições diretas no PSD-M, tendo dado entrada no Ministério das Finanças a 29 do mesmo mês, quando foi eleito o novo líder regional do PSD, Miguel Albuquerque.

Novo líder do PSD-M quer voos mais baratos

O PAEF tinha a duração de três anos e deveria terminar na próxima terça-feira, 27 de Janeiro. De acordo com a Secretaria Regional do Plano e Finanças, o pedido formal de prorrogação do prazo foi uma exigência do Ministério das Finanças para libertar a última tranche do empréstimo, que totalizou 1.500 milhões de euros. Até 31 de Dezembro, de acordo com a Secretaria Regional, o valor utilizado ascendia a 1.180 milhões de euros

Com a prorrogação do PAEF, frisa o «Público», a Madeira está obrigada a manter os cortes no setor público, nomeadamente a diminuição dos investimentos, a redução anual dos funcionários e cortes nos benefícios dos funcionários públicos. Ou seja, os contribuintes madeirenses continuarão a pagar as taxas nacionais de IRS e IRC, ficando ainda sujeitos às taxas nacionais dos impostos sobre produção, importação e consumo, com exceção do IVA.

Esta nova polémica surge depois de uma viagem de Miguel Albuquerque a Lisboa para um encontro com o primeiro-ministro e líder nacional do PSD, Passos Coelho. O líder do PSD-M reuniu-se na quarta-feira com o primeiro-ministro, encontro onde o preço das viagens aéreas para a Madeira foi um dos pontos abordados.

Albuquerque defendeu a existência de um regime idêntico ao dos Açores, considerando ser injusto que residen-

tes e estudantes sejam obrigados a pagar à volta de 400 euros por viagem nas épocas altas. O sucessor de Alberto João Jardim defende que os bilhetes de avião não ultrapassem os 99 euros para estudantes madeirenses e 134 para residentes no arquipélago.

Albuquerque quer Passos na campanha

Depois da reunião com Passos Coelho, na sede nacional do PSD, Albuquerque reiterou o desejo da Madeira em restabelecer “pontes de diálogo” com o partido e o Governo da República.

“Vamos percorrer um caminho novo, com novas políticas e, obviamente, com políticas para o novo ciclo que a Madeira precisa de enfrentar. Os procedimentos, as atitudes e as políticas que vamos seguir não são de rutura, são novas políticas”, disse o sucessor de Jardim na liderança regional do PSD. “Vivemos um tempo novo, a Madeira precisa de se afirmar pela sua notoriedade positiva e pela possibilidade de estabelecer pontes de diálogo permanentes com as instituições do Estado.”

Miguel Albuquerque também voltou a apontar o dia 29 de Março como a melhor data para realizar as eleições para a Assembleia Legislativa e que vai escolher o novo Governo Regional da Madeira. Para já, também não é garantida a presença de Passos Coelho ao lado do novo líder do PSD-M durante a campanha.

“É possível, gostava que fosse, mas vamos ver se tem disponibilidade”, disse Albuquerque. ●

PUB

CARTÓRIO NOTARIAL DO FUNCHAL A CARGO DE SUSANA LOPES TEIXEIRA, NOTÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO, POR DELIBERAÇÃO DA ORDEM DOS NOTÁRIOS, SITO NAS RUA JOÃO TAVIRA E RUA DA QUEIMADA DE BAIXO, NÚMERO 4, FREGUESIA DA SÉ, CONCELHO DO FUNCHAL

TELEF. 291 639 600 – FAX 291 639 607

E-mail: notaria.slt@mail.telepac.pt

(publicado no Tribuna da Madeira a 23-01-2015)

Certifico, para fins de publicação que por escritura outorgada hoje, a folhas 11 do Livro de notas para escrituras diversas número 19-A, deste Cartório, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, **Arlindo Gomes dos Santos**, NIF 159 341 493, natural da freguesia de Santo António, concelho do Funchal e mulher **Maria da Conceição de Sousa Santos**, NIF 106 182 064, natural da freguesia de São Martinho, concelho do Funchal, residentes ao Edifício Perola do Livramento, Estrada Impasse do Garajau, número 4, 2.º O, freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz, casados no regime da comunhão de adquiridos, na qual, afirmam-se donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem do prédio urbano, terreno destinado a construção, com a área de seiscentos e vinte e cinco metros quadrados, ao sítio do Poço das Fontes, freguesia de Santo António, concelho do Funchal, a confrontar do Norte com Hugo Albeiro Bermudez Gallego, Sul com José João Silva Gomes Santos, Leste com o Ribeiro e Oeste com a Rua do Poço das Fontes, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 9031 prédio não descrito na Conservatória do Registo Predial do Funchal.

Declararam ainda que, para os efeitos previstos no artigo 112.º número 4, do Código do Registo Predial, o prédio acabado de identificar não tem qualquer relação, por não ser o mesmo, com o prédio semelhante descrito na dita Conservatória sob o número cento e trinta – da freguesia de Santo António.

Que os justificantes adquiriram o referido prédio, já no estado de casados, no ano mil novecentos e oitenta e cinco por **compra verbal**, a José Policarpo Andrade e mulher Maria Fernanda Andrade, casados no regime da comunhão geral e residentes ao sítio do Jamboto, dita freguesia de Santo António.

Que estão assim os justificantes na posse do referido prédio desde aquele ano, posse esta pública, pacífica e de boa fé e, assim, contínua e ininterruptamente à vista de todos, exteriorizando o exercício dos poderes próprios de um proprietário, e colhendo os respetivos frutos.

Adquiriram, assim, os justificantes, a propriedade do identificado prédio a título originário – **por usucapião**.

Está conforme o original aqui narrado por extracto.

Funchal, vinte de Janeiro de dois mil e quinze. P^{la} NOTÁRIA,
(Zélia Fernandes Gomes – inscrita na Ordem dos Notários sob o n.º 301/08).

Eurodeputadas do PS e do BE questionam Comissão Europeia

Sobre a legalidade da cobrança coerciva de portagens em Portugal



As eurodeputadas Liliana Rodrigues e Marisa Matias questionaram a Comissão Europeia (CE) acerca da legalidade do DL25/2006 no Parecer da CE sobre a cobrança de portagens em Portugal.

A Comissão Europeia terá, no prazo de seis semanas, que responder por escrito às duas eurodeputadas portuguesas. Actualmente, se um contribuinte não pagar uma portagem a uma concessionária privada de auto-estrada o processo é remetido para a Autoridade Tributária, transformando este serviço público em cobrador de dívidas de uma empresa privada.

Além disso, a Autoridade Tributária tem a possibilidade de reter devoluções de impostos, de penhorar depósitos bancários, salários, ou outros bens. Cada taxa de portagem não paga pelo contribuinte dá origem a um processo autónomo por parte da concessionária e a um processo por parte da administração fiscal, o que faz aumentar exponencialmente os valores a pagar.

Segundo o DL25/2006, por exemplo, um contribuinte com 20 passagens sem pagar, terá 20 processos de cobrança coerciva, 20 coimas de

10X o valor de cada passagem mais 20 taxas administrativas, e se quiser pedir a impugnação terá de apresentar 20 contestações, pagando 20 taxas de justiça.

Para as eurodeputadas Liliana Rodrigues (independente eleita pelo Partido Socialista) e Marisa Matias (eleita pelo Bloco de Esquerda), esta é "uma penalização manifestamente desproporcional face ao prejuízo sofrido pela concessionária. Os prazos dos contribuintes para reclamações são desajustados e sem efeitos suspensivos".

Esta situação tem afectado milhares de portugueses e empresas, muitas vezes penalizados por erros dos dispositivos electrónicos de cobrança. Actualmente, só o recurso aos tribunais suspende o agravamento das coimas e custos administrativos, significando que as impugnações têm de ser feitas individualmente com uma taxa de justiça de 204€ a 612€ cada.

As eurodeputadas consideram significativo que ao Provedor de Justiça já tenham chegado centenas de queixas por processos de cobrança coerciva de portagens, sendo a questão da desproporcionalidade das coimas uma das matérias visadas, e que nos tribunais fiscais existam alguns milhares de processos. ●



Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Tribunal Administrativo de Círculo - Tribunal Tributário

ANÚNCIO

Faz-se saber que nos autos de Execução de Sentença de nulidade de acto administrativo, registados sob o nº. 258/13.5BEFUN, que corre por apenso ao autos de Recurso de Contencioso nº 44/2001 e que se encontram pendentes neste Tribunal, em que são:

Exequentes: **ANGELA TERESA BORGES GONÇALVES HOMEM DE GOUVEIA, MARIA LUÍSA PITA BORGES GONÇALVES TAVARES e MARIA ISABEL PITA BORGES GONÇALVES** na qualidade de herdeiras de Jorge Eduardo Borges Gonçalves e **MARIA HELENA TEIXEIRA BORGES GONÇALVES, ANA MARIA TEIXEIRA BORGES GONÇALVES, MARIA ANGELA TEIXEIRA BORGES GONÇALVES MELIM, RICARDO JORGE TEIXEIRA BORGES GONÇALVES e MARIA HELENA TEIXEIRA BORGES GONÇALVES FONTES**, na qualidade de herdeiros de João Fernando Borges Gonçalves e **JÓÃO LUCIANO BORGES GONÇALVES HOMEM DE GOUVEIA** e

Executado: **Como entidade demandada o Município do Funchal representado pelo sr. Presidente da Câmara Municipal do Funchal**, são os contra-Interessados abaixo identificados **CITADOS** para, no prazo de **QUINZE DIAS**, a contar da publicação deste anúncio, querendo, se constituírem como contra-interessados no processo acima indicado, nos termos do art.º 82.º, n.º 1 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA). Uma vez expirado aquele prazo, os contra-interessados que como tais se tenham constituído consideram-se citados para, querendo, contestarem, no prazo de **VINTE DIAS** (art.º 177º, nº1 do CPTA), a presente execução, constante na petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria deste Tribunal;

Nas contestações, os contra-interessados podem oferecer meios de prova;
O prazo acima indicado é contínuo e, terminando em dia em que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte; É obrigatória a constituição de advogado, nos termos do art.º 11.º, n.º 2 do CPTA.

O pedido consiste - condenar a Câmara Municipal do Município do Funchal à execução da sentença proferida nos exactos termos referidos nos artigos 42º e 43º do articulado da execução:
"A execução da sentença que declarou nula a deliberação camarária em causa tem efeitos retroactivos e implica destruição dos efeitos produzidos pelo acto nulo e a efectiva "reconstituição da situação que existiria" se o acto não tivesse sido praticado. Os Exequentes entendem como execução dessa sentença a obrigação da Câmara Municipal do Funchal efectuar todos os actos e operações necessárias à reconstituição de facto referida, nomeadamente:

1. A demolição do edifício construído ao abrigo da referida licença nula, repondo fisicamente o terreno como se o prédio nunca tivesse sido edificado;
2. A anulação ou declaração de nulidade de todos os actos administrativos subsequentes que tenham sido praticados com base naquela deliberação (como por exemplo, autorização ou licença de substituição ou de alteração, licença de utilização, decisões administrativas que se destinem a averbar ou registar factos que resultem da construção);
3. A anulação ou declaração de nulidade de todos os actos que mantenham, sem qualquer fundamento, a situação defacto criada pela deliberação nula (por exemplo declaração para efeito de sujeição a propriedade horizontal);
4. A resolução de contratos celebrados por causa ou que tenham por pressuposto a construção não licenciada, como por exemplo contratos de fornecimento de abastecimento de água potável e de saneamento básico ao prédio ou às suas partes integrantes.
5. Ao encerramento das fracções e dos espaços de estacionamento aí criados."

- declarar a nulidade da constituição de propriedade horizontal do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 903 da freguesia de Santa Luzia e inscrito na matriz urbana respectiva sob o artigo 339B e de todos os contratos que procederam à transmissão da propriedade de fracções autónomas ou partes do prédio edificado com base na licença nula, bem como de todos os contratos que tenham por objecto o respectivo uso, a habitação ou a posse e de fornecimento da electricidade, de serviço de telecomunicações ou de televisão;

- ordenar o cancelamento das descrições e inscrições registrais e o abatimento das Inscrições fiscais do prédio urbano ou das suas fracções referido no ponto anterior;

Contra-Interessados a citar:

São contra-interessados os proprietários das diversas fracções do prédio sito no gaveto entre a cota 40, a Rua do Pombal e a Calçada da Encarnação, na freguesia de Santa Luzia, Funchal denominado "**Prédio A-ver-o-mar**", a saber: **ALBERTO VALERIANO PEREIRA e MARIA FERNANDA DE GOUVEIA VIEIRA**, casados no regime da comunhão geral e residentes na Rua Pita da Silva n.º 10, no Funchal **NUNO GREGÓRIO PESTANA DA SILVA e SIMONE FREITAS GONÇALVES SILVA**, casados no regime da comunhão de adquiridos e residentes no Conjunto habitacional das Figueirinhas, letra F, 2º direito no Caniço, concelho de Santa Cruz **VITOR MANUEL GOUVEIA FERNANDES e NÓLIA SOUSA DE ABREU**, casados no regime da comunhão de adquiridos e residentes na Rua da Venezuela, bloco 15, 1º direito, no Funchal **CENIL - Centro de línguas, Lda.,** sociedade comercial com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 511 021 739, com sede à Rua do Comboio n.º 5, no Funchal; **CARLOS AVELINO JESUS GOUVEIA**, solteiro, maior e residente na Rua Pita da Silva n.º 10, no Funchal **TERESA SUSANA BORGES JARDIM**, divorciada e residente na Rua do Pombal, n. 1, 3 e 3A e Calçada da Encarnação, no Edifício a-ver-o-mar, piso 1, fracção F, no Funchal **CLAUDIA SOFIA MARTINS GONÇALVES JARDIM GOMES**, casada, residente na Rua Nova do Transval n.º 7, freguesia de Santa Maria Maior, no Funchal, **PEDRO ALBERTO MARTINS GONÇALVES JARDIM**, solteiro, maior, residente na Rua João Paulo II, 8 A, fracção B, no Funchal e **ANDREA LUISA MARTINS GONÇALVES JARDIM**, casada, residente na Rua das Murteiras número 65, no Funchal **IMOTORRINHA - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, Lda.,** sociedade comercial com o número de pessoa colectiva e de matrícula 511 244 019 e sede na Rua Quinta Calça, n.º 18, no Funchal **CARLOS ALBERTO DE ASSUNÇÃO GUERREIRO**, solteiro maior e **MARIA ALEXANDRA DA COSTA PINA**, solteira, maior, residentes na Rua do Pombal, n. 1, 3 e 3ª e Calçada da Encarnação, no Edifício a-ver-o-mar, piso 0, fracção J, no Funchal **JOSÉ ALBERTINO GOMES MEIM**, divorciado e **MARIA INÉS CORREIA**, solteira, maior, residentes na Rua do Alto da Torre, n.º 6, r/c, em Câmara de Lobos **LUIS ANTÓNIO MARTINS COSTA**, divorciado, residente na Rua do Pombal, n. 1, 3 e 3A e Calçada da Encarnação, no Edifício a-ver-o-mar, corpo B, piso 1, fracção L, no Funchal **MARIA ALEXANDRA HERÉDIA FERNANDES DE FREITAS**, viúva, residente na Rua do Pombal, n. 1, 3 e 3A e Calçada da Encarnação, no Edifício a-ver-o-mar, piso 1, 1º esquerdo, no Funchal, **MARIA TERESA HERÉDIA FERNANDES DE FREITAS**, casada, residente na Estrada do Garajau n.º 182, no Garajau, freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz e **CARLOS MIGUEL HERÉDIA FERNANDES DE FREITAS**, divorciado, residente na Rampa dos Piornais, bloco B2, 2º E, direito, freguesia de São Martinho no Funchal **DUARTE QUINTINO BETTENECOURT GÓIS e mulher MARIA NUEME CORREIA SERRÃO**, casados no regime da comunhão de adquiridos e residentes da Rua da Levada de Santa Luzia número 136 D, no Funchal. **BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA**, sociedade anónima com o número único de pessoa colectiva e de matrícula 511 202 008 e sede à Rua João Távora número 30, no Funchal; **BANIF GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A.,** pessoa colectiva com o número único de pessoa colectiva e de matrícula 502 603 045 e sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, 14º Piso, freguesia de Santa Isabel, Lisboa, na qualidade de sociedade gestora do **BANIF - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO**, com o número fiscal 720 011 310; **RICARDO HELDER MAGALHÃES VASCONCELOS**, casado e residente na Rua do Pombal, n. 1, 3 e 3A e Calçada da Encarnação, no Edifício a-ver-o-mar, corpo B, piso 3 e 4, fracção P, no Funchal; **PEDRO MIGUEL RAMOS PEREIRA**, casado e residente na Rua do Pombal, n. 1, 3 e 3A e Calçada da Encarnação, no Edifício a-ver-o-mar, corpo B, piso 3, fracção O, no Funchal; **EDUARDO COSTA - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, LDA**, sociedade comercial com o número de pessoa colectiva e de matrícula 511 110 880 e sede à Rua 31 de Janeiro n.º 104 A, no Funchal, também contactável no Caminho de Ferro n.º 126, 9050-208 Funchal **JOSÉ ADÉRITO PEREIRA DE NÓBREGA**, solteiro, maior, residente no Caminho da levada do rancho, n.º 20, freguesia e concelho de Câmara de Lobos **MANUEL DO NASCIMENTO NÓBREGA FERREIRA e mulher MARIA NEVES MIRANDA FERREIRA**, casados no regime da comunhão geral e residentes no Caminho Agua de mel, n.º 62, freguesia de São Roque no Funchal **CAIXA LEASING e FACTORING - Instituição Financeira de crédito, SA**, pessoa colectiva com o número único de pessoa colectiva e de matrícula 504 868 713 e sede na Avenida 5 de Outubro n.º 175, 12º em Lisboa **JORGE ALVES CALAÇA e mulher MARIA ENCARNACÃO LOMELINO DOS SANTOS**, casados no regime da comunhão geral, residentes ao sítio de Entre Águas, freguesia do Caniçal concelho de Machico.

Funchal, 08/01/2015

A Juiz de Direito
(Dr.ª Mariana Noites)

O Escrivão de Direito
(Francisco Santos)

PUB

CARTÓRIO NOTARIAL DE GABRIEL J RODRIGUES FERNANDES

Rua das Comunidades Madeirenses, nº 7 C
- 9350-210 Ribeira Brava
Tef. 291 952 230 Fax: 201 951 690
E-mail – notário.gabrielr@mail.telepac.pt
(publicado no Tribuna da Madeira a 23-01-2015)

Certifico para fins de publicação que por escritura lavrada a vinte e um de Janeiro de 2015, exarada de folhas quarenta e oito e seguintes, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 212-A, deste Cartório Notarial, **Maria Ângela Gonçalves de Sousa**, Nif 135.936.071 e marido **António Ivo Rodrigues**, Nif 135.936.063, casados sob o regime da comunhão geral, naturais, ele da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos e ela da freguesia de Campanário, concelho da Ribeira Brava, onde residem na Estrada do Pedregal, nº 1, declaram-se, com exclusão de outrem donos e legítimos possuidores, de **quatro prédios rústicos**, localizados ao sítio de São João, freguesia do Campanário, concelho da Ribeira Brava, não descritos na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Brava, a saber:

I) - Com a área de mil cento e quarenta metros quadrados, a confinar a norte e leste com o Caminho, sul com António Fernandes Pinto e oeste com Manuel Fernandes Pinto, inscrito na matriz sob o artigo **2222**, com o valor patrimonial de € 15,08 e com o valor atribuído de **cem euros**.

II) - Com a área de duzentos e catorze metros quadrados, a confinar a norte com a Vereda, sul com o ribeiro, leste com Manuel Ferreira Vira e oeste com Manuel Gonçalves Peça, inscrito na matriz sob o artigo **2246**, com o valor patrimonial de € 3,40 e com o valor atribuído de **cinquenta euros**.

III) - Com a área total de duzentos e catorze metros quadrados, a confinar a norte com a Vereda, sul com o ribeiro, leste com Maria Júlia e oeste com Jacinto Fernandes Pinto, inscrito na matriz sob o artigo **2247**, com o valor patrimonial de € 3,40 e com o valor atribuído de **cinquenta euros**.

IV) - Com a área de cento e vinte metros quadrados, a confinar a norte com António Joaquim de Sousa, sul e leste com o ribeiro e oeste com António Gonçalves Peça, inscrito na matriz sob o artigo **2287**, com o valor patrimonial de € 2,02 e com o valor atribuído de **trinta euros**.

Que, os prédios supra identificados, vieram à posse dos justificantes, por os terem adquirido no ano de mil novecentos e oitenta e quatro, por compra verbal e não titulada, feita a Maria Gonçalves Peça, viúva, residente ao sítio da Longueira, freguesia de Campanário, concelho da Ribeira Brava. Que, desde então, têm vindo a possuí-los, sem interrupção, durante mais de vinte anos consecutivos, pública e pacificamente, como coisa própria, de boa fé e sem oposição de que quer que fosse, amanhã e cultivando a terra, pagando as respectivas contribuições ao Estado, colhendo em seu exclusivo proveito as respectivas utilidades, pelo que os adquiriram, por **usucapião**, que invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de registo.

Cartório Notarial Privado do Notário Gabriel Fernandes, sito na Ribeira Brava, 21 de Janeiro de 2015.

O Notário:
Gabriel José Rodrigues Fernandes

RAQUEL COELHO
Deputada do PTP



A razão tem de falar mais alto do que o coração

O próximo ato eleitoral irá ser determinante para o futuro da Madeira e exigirá dos partidos da oposição uma ação concertada, responsável e acima de tudo realista, pois na verdade nenhum partido democrático poderá se assumir como alternativa a sério se a decisão for de ir sozinho e sem antes tentar todas as hipóteses para uma unidade.

Perante o adversário com que nos deparamos, e tudo aquilo que representa, só com uma larga convergência dos partidos de esquerda será possível derrotar o PSD. Não podemos esquecer que a disputa pela liderança

do PSD Madeira foi fabricada com único intuito: catapultar Albuquerque para a ribalta, tendo sido esta estratégia bem-sucedida, já que a comunicação social fez das eleições internas do PSD uma questão regional.

Agora perante a inteligência do adversário cabe aos partidos agir em conformidade e mais do que nunca é imperativo agir com a razão e não com o coração.

A esquerda não pode formar alguma estender o tapete vermelho ao PSD apenas e somente para servir os interesses das direções nacionais que, com legislativas à porta, não querem estar associados a António Costa. Às custas deste egoísmo poderão perpetuar o Jardimismo de Miguel Albuquerque.

Há que colocar os interesses da Madeira e das suas gentes acima de tudo o resto e esperemos que as direções regionais dos vários partidos de esquerda possam atempadamente

colocar a mão na consciência.

Há que deixar para trás as disputas partidárias, inclusive o que se passou com a coligação Mudança, porque os interesses da população falam mais alto. Por exemplo, independentemente dos atritos da coligação Mudança, no final de contas o que importa é que os municípios saíram a ganhar com a unidade. Muita coisa mudou e para melhor. É com esse intuito que queremos uma coligação para as regionais.

Não podemos aceitar que “velhos do Restelo” dos vários partidos, movidos pela inveja ou até mesmo pelos interesses pessoais, impossibilitem a mudança necessária que a Madeira tanto precisa nesta que poderá ser uma oportunidade única.

PUB

CARTÓRIO NOTARIAL PRIVADO SITO NO FUNCHAL

Carla Cristina de Jesus Alves, notária em substituição
Rua das pretas, número 33º, R/C A
(publicado no Tribuna da Madeira 23-01-2015)

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, iniciada a folhas sete e seguintes do livro de notas para escrituras diversas, número CINCO - C, deste Cartório, **VÍTOR MENDES PAULO**, NIF 157 876 632, divorciado, natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos, residente ao caminho do Marco e Fonte da Pedra, entrada 1, porta 4, na freguesia do Jardim da Serra, no mesmo concelho de Câmara de Lobos, titular do cartão de cidadão número 09700686 6 ZZ8, válido até 17/10/2018, emitido pela República Portuguesa, se afirmou dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do prédio rústico, terra e benfeitorias, localizado ao sítio do Arrebetão Lombada, freguesia e concelho da Ponta do Sol, a confrontar pelo norte com Manuel da Silva Félix, sul com António Valeriano, leste e oeste com rocha, com a área de dez mil e quinhentos metros quadrados, inscrito na matriz sob o artigo 7001/5, com o valor patrimonial de € 2,39 e o atribuído de quinze euros, não descrito na Conservatória do Registo Predial da Ponta do Sol. Que o identificado prédio ficou a pertencer ao justificante, por compra verbal, feita, já no estado de divorciado, no ano de mil novecentos e oitenta e seis, a Arminda Rodrigues Setim, viúva de António da Silva de Ascensão, com quem foi casada no regime da comunhão geral, residente que foi à estrada do Miradouro, número 34, Lombada, na freguesia e concelho da Ponta do Sol, desconhecendo porque título o prédio veio à posse da mencionada vendedora Arminda Rodrigues Setim. Que dada a forma verbal de aquisição, o justificante não dispõe de documento algum que lhe permita fazer o registo do prédio anteriormente identificado, em seu nome. Mas apesar da falta de título, o justificante está na posse do identificado prédio, terra com suas respetivas benfeitorias, desde aquele ano de mil novecentos e oitenta e seis, sempre exercida e mantida em nome próprio, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de todos, sem interrupção, gozando as respetivas utilidades, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito da propriedade, quer usufruindo como tal o prédio, quer suportando os inerentes encargos, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, que conduziu à sua aquisição por usucapião.

É parte certificada e vai conforme o original, declarando que da parte omitida nada consta que altere, prejudique, modifique ou condicione a parte transcrita. Funchal, dezasseis de janeiro de dois mil e quinze.

A Notária,
Carla Cristina de Jesus Alves

Cimeira global “Youth Ag” na Austrália

Encontram-se abertas as candidaturas para a Cimeira global “Youth Ag” da Bayer CropScience e a Future Farmers Network, que se realiza entre 24 e 28 de agosto em Camberra, na Austrália e que reúne cerca de 100 jovens do mundo inteiro, entre os 18 e os 25 anos, sobre o tema “Alimentar um planeta com fome”, sobre práticas agrícolas sustentáveis.

A população mundial aumenta todos os dias em 233 mil pessoas, passando dos 7,2 mil milhões atuais para mais de 9 mil milhões em 2050, de acordo com as estimativas das Nações Unidas. A questão essencial é: De que forma poderemos alimentar todas estas pessoas? De forma a desenvolver ideias e apoiar a ação global necessária para resolver este desafio é necessário um pensamento visionário, perspetivas a longo prazo e criatividade.

Em Camberra, este grupo de jovens representantes de todo o mundo irá partilhar, discutir e desenvolver ideias de forma a criar uma visão comum. A região da Ásia-Pacífico alberga uma enorme variedade de hábitos de cultivo e de alimentação. A Austrália, o continente povoado mais seco, é um local especial para sinalizar a necessidade de práticas agrícolas sustentáveis.

Sob o tema “Alimentar um planeta com fome”, os jovens com idades entre 18 e 25 anos podem enviar uma dissertação sobre a sua posição e ideias relativamente às causas subjacentes da segurança alimentar e o efeito que esta pode ter numa população em crescimento. A capacidade de apresentar ideias originais e paixão em ajudar a moldar o futuro serão critérios de seleção essenciais da Cimeira “Youth Ag”.

A Cimeira “Youth Ag” integra o novo Programa Educativo Agrícola da Bayer CropS-

ciencia, que assume uma abordagem holística. “Na Bayer CropScience, acreditamos na importância de fomentar um diálogo construtivo e de longo prazo sobre os desafios e oportunidades da agricultura. Estamos empenhados em ajudar a próxima geração de jovens líderes de ideias a aprender e crescer, à medida que nos esforçamos para acionar uma intensificação sustentável da agricultura,” sublinhou Steffen Kurzawa, Diretor Global de Comunicações da Bayer CropScience.

A Bayer CropScience está empenhada em motivar os líderes de ideias do amanhã - com iniciativas como a Cimeira “Youth Ag” 2015, bolsas de estudo agrícolas e programas de aprendizagem práticos nos seus laboratórios e quintas. Encoraja os jovens a aprender mais sobre a agricultura e o fornecimento alimentar sustentáveis, destacando o papel essencial da ciência e da inovação. ●

Cláudia Monteiro de Aguiar insta Comissário Europeu a retirar proposta que afecta a pesca artesanal

Na opinião da deputada, trata-se de uma proposta "muito pouco pertinente"



Na reunião realizada no Parlamento Europeu, a Deputada do PSD instou o Comissário Europeu do Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Karmenu Vella, a retirar a sua proposta sobre a proibição das redes de pesca de deriva que tanta polémica tem causado a nível nacional.

Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar: "A proposta apresentada pela Comissão Europeia afigura-se como sendo muito pouco pertinente, sobretudo numa altura em que se sabe que a proibição das redes de deriva irá terminar com a pesca artesanal portuguesa que sustenta milhares de pequenos pescadores."

O Comissário Karmenu Vella, presente na reunião da Comissão Parlamentar das Pescas e Assuntos Marítimos do Parlamento Europeu, salientou que "estamos a analisar as novas informações recebidas dos Estados-Membros assim como os

novos estudos técnicos efectuados por forma a exprimirmos uma posição definitiva".

Sobre a retirada da proposta em causa que afecta a pesca artesanal portuguesa, Vella referiu que "estou de mente aberta e totalmente disponível para estudar todas as hipóteses que se possam colocar".

Em Portugal, a actividade da pesca com redes de deriva é exercida numa zona muito costeira, sempre dentro das águas territoriais até 12 milhas de distância da costa.

O número actual de licenças atribuídas é de 99, distribuídas pelos portos da zona norte, com destaque para Leixões e Esposende, cada um com 20 embarcações e, ainda, na zona Sul, Lisboa, com 8 embarcações licenciadas.

No entanto, desde 2004 que não são emitidas novas licenças, apenas podendo ser licenciadas as embarcações que já disponham de licença de redes de emalhar de deri-

va. Também não é autorizado o uso, no mar, de redes de tresmalho de deriva.

Sendo assim, a Deputada do PSD defende que "não faz sentido que esta proposta avance a nível legislativo até porque ao longo dos anos já foram adoptadas várias medidas com vista a garantir a sustentabilidade da pesca, como a não emissão de licenças durante a última década, a utilização da arte apenas no período nocturno e a calagem abaixo da superfície, aumentando dos atuais 1,5m para 3 m". Em resposta, o Comissário Vella apelou ao Parlamento Europeu para que expresse a sua oposição à proposta legislativa, por forma a que os serviços da Comissão tomem as necessárias medidas correctivas.

A Comissão Parlamentar das Pescas e Assuntos Marítimos irá reunir a 23 e 24 de Fevereiro para expressar a sua posição sobre a proposta legislativa da Comissão Europeia. ●

CARTÓRIO NOTARIAL PRIVADO SITO NO FUNCHAL

*Carla Cristina de Jesus Alves, notária em substituição
Rua das pretas, número 33º, R/C A
(publicado no Tribuna da Madeira 23-01-2015)*

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, iniciada a folhas noventa e um e seguintes do livro de notas para escrituras diversas, número QUATRO - C, deste Cartório, **DÉRCIO ISMAEL GOMEZ SARDINHA**, NIF 242 740 294, solteiro, maior, natural da Venezuela, de nacionalidade portuguesa, residente à rua das Furnas, número 61, na freguesia do Estreito da Calheta, concelho da Calheta, se afirmou dono e legítimo possuidor com exclusão de outrém, de **metade dos três prédios** infra identificados, localizados na freguesia do Estreito da Calheta, concelho da Calheta: 1) Um **rústico**, terra de cultivo, ao sítio do Lombo da Igreja, Serrado, com a área de quatrocentos e vinte metros quadrados, que confronta pelo norte com António Afonso Júnior, sul com Manuel de Lira (hoje Manuel Figueira de Andrade), leste com vereda e oeste com Manuel Pereira Gouveia, inscrito na matriz sob o artigo **13.306**, com o valor patrimonial correspondente de € 17,28 e o declarado de **mil euros**, descrito na Conservatória do Registo Predial da Calheta sob o **número quatro mil novecentos e sessenta e seis - freguesia do Estreito da Calheta**, onde a aquisição dessa metade se acha registada a favor de Lígia Sardinha de Menezes Balanco e marido Manuel Gomes Balanco, pela Apresentação **seiscentos e cinquenta e seis**, de dois mil e catorze barra zero seis barra vinte e sete; 2) Um **rústico**, terra de cultivo, ao mesmo sítio do Lombo da Igreja, Serrado, com a área de duzentos e dez metros quadrados, que confronta pelo norte com André Afonso, sul com Luísa de Jesus Afonso, viúva, leste com Manuel Pereira Gouveia e oeste com vereda, inscrito na matriz sob o **artigo 13.304**, com o valor patrimonial e declarado correspondente de € 150,00 - **cento e vinte euros**, descrito na mesma Conservatória do Registo Predial da Calheta sob o **número quatro mil novecentos e sessenta e cinco - freguesia do Estreito da Calheta**, onde a aquisição dessa metade se acha registada a favor da mesma Lígia Sardinha de Menezes Balanco e marido Manuel Gomes Balanco, pela Apresentação **seiscentos e cinquenta e seis**, de dois mil e catorze barra zero seis barra vinte e sete; 3) Um **urbano**, casa de habitação, ao sítio do Lombo da Igreja, com a área total de quarenta e seis metros quadrados, dos quais trinta metros quadrados são de superfície coberta, a confrontar pelo norte com herdeiros de Manuel João, sul com os proprietários, leste com Luísa de Gouveia e oeste com vereda, inscrito na matriz predial respetiva sob o **artigo 313**, com o valor patrimonial correspondente de € 936,55 e o declarado de **novecentos e trinta e sete euros**, descrito na referida Conservatória do Registo Predial da Calheta sob o **número quatro mil novecentos e sessenta e sete - freguesia do Estreito da Calheta**, onde a aquisição dessa metade se acha registada a favor da referida Lígia Sardinha de Menezes Balanco e marido Manuel Gomes Balanco, pela Apresentação **seiscentos e cinquenta e seis**, de dois mil e catorze barra zero seis barra vinte e sete e da totalidade dos **três prédios**, infra identificados, localizados na freguesia do Estreito da Calheta, concelho da Calheta: a) Um, **urbano**, casa de habitação, localizado ao sítio do Serrado, Lombo da Igreja, a confrontar pelo norte com José Rodrigues Frade, sul com herdeiros de Manuel Francisco Menezes Júnior, leste com Carolina de Jesus e oeste com herdeiros de Manuel Francisco Menezes Júnior, com a área total de setenta e três metros quadrados, dos quais cinquenta e três metros quadrados são de superfície coberta, inscrito na matriz predial respetiva sob o **artigo 314**, com o valor patrimonial e declarado de € 6.750,00 - **seis mil setecentos e cinquenta euros**, parte, a desanexar do descrito na dita Conservatória do Registo Predial da Calheta sob o **número sete mil duzentos e vinte e três - freguesia do Estreito da Calheta**, onde a aquisição de três quartas partes se acha registada ainda a favor de Manuel Francisco de Menezes Júnior, que também usava Manuel Francisco de Menezes, casado, pela Apresentação **quatro**, de mil novecentos e quarenta e seis barra zero oito barra zero dois; b) Um, **rústico**, terra de cultivo, ao sítio do Lombo da Igreja, Serrado, com a área de trezentos metros quadrados, que confronta pelo norte com herdeiros de Manuel Francisco Menezes Júnior, sul com caminho da Conceição, leste com Carolina de Jesus e oeste com Manuel Figueira de Andrade e outro, inscrito na matriz sob o **artigo 13.305**, com o valor patrimonial de € 12,70 e o declarado de **duzentos euros, não descrito** na Conservatória do Registo Predial da Calheta; e c) Um, **rústico**, terra de cultivo, ao mesmo sítio do Lombo da Igreja, Serrado, com a área de duzentos e quatro metros quadrados, que confronta pelo norte com Maria José, viúva, sul e oeste com Manuel Figueira de Andrade e leste com herdeiros de Manuel Ferreira Leitão, inscrito na matriz sob o **artigo 13.310**, com o valor patrimonial de € 17,22 e o declarado de **duzentos euros, não descrito** na Conservatória do Registo Predial da Calheta.

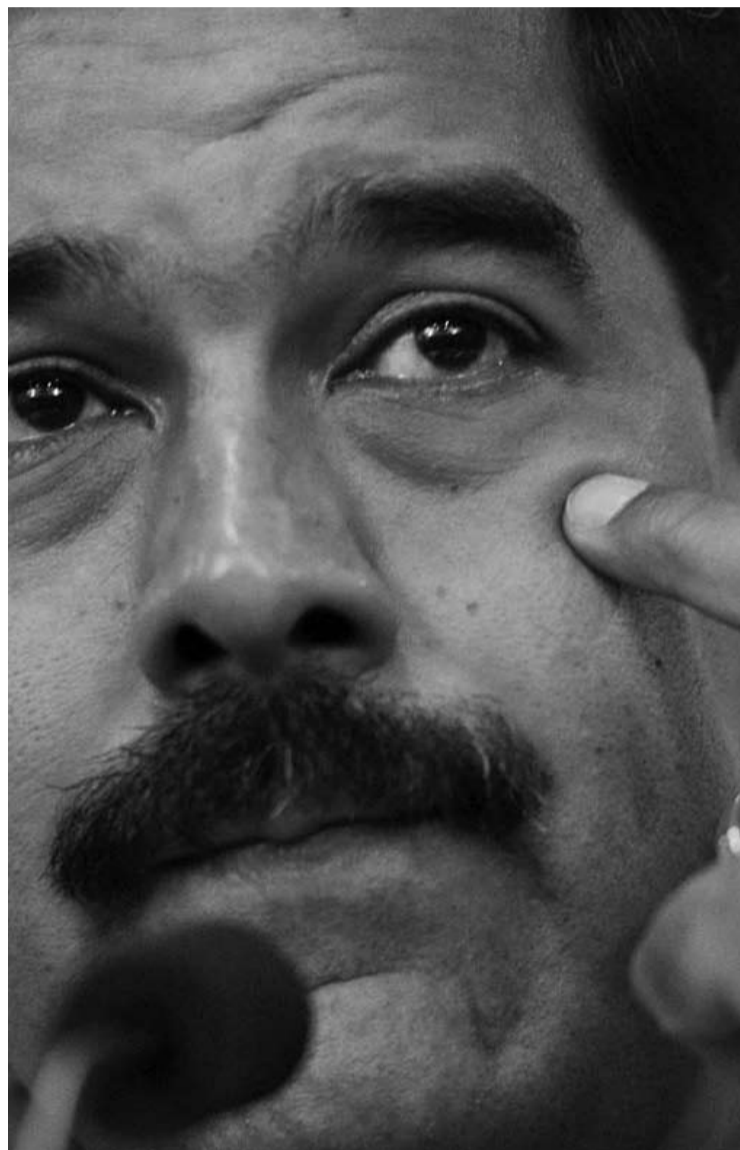
Que as verbas identificadas anteriormente vieram à posse do justificante, por doação verbal, que lhe foi feita, no ano de mil novecentos e oitenta e oito: As verbas 1) 2) e 3), foram transmitidas ao justificante, pelos seus titulares inscritos, seus pais, Lígia Sardinha de Menezes Balanco e marido Manuel Gomes Balanco, ele atualmente já falecido, casados que foram sob o regime da comunhão geral, residentes que foram ao Caminho da Igreja, porta 57, ao Estreito da Calheta, concelho da Calheta; Os prédios descritos nas alíneas a), b) e c) foram transmitidos ao justificante, metade por seus pais, já anteriormente identificados, Lígia Sardinha de Menezes Balanco e marido Manuel Gomes Balanco, e a outra metade, por sua tia, Maria Rosa Menezes de Canha, já no estado de viúva de António Gouveia de Canha, com quem foi casada sob o regime da comunhão geral, com última residência ao mesmo Caminho da Igreja, no Estreito da Calheta. Que estas por sua vez os haviam adquirido, em ano que se desconhece por partilhas feitas por óbito de seus pais, avós do justificante, Manuel Francisco de Menezes Júnior e Matilde Sardinha Rosa, casados que foram sob o regime da comunhão geral, residentes que foram ao Sítio da Igreja Abaixo, na freguesia do Estreito da Calheta, concelho da Calheta. Que dada a forma verbal de aquisição, o justificante não dispõe de documento algum que lhe permita fazer o registo das verbas anteriormente identificadas, em seu nome. Mas apesar da falta de títulos, o justificante está na posse das metades dos identificados três primeiros prédios, desde aquele ano e da totalidade dos prédios das alíneas a), b) e c), sendo que, durante a sua menoridade foram seus pais quem exerceram a posse dos prédios, em nome do justificante, usufruindo das respetivas utilidades e depois de atingir a sua maioridade, é ele justificante quem vem, pessoalmente, possuindo as verbas e prédios, em nome próprio, gozando de todas as suas utilidades, à vista e com o conhecimento de toda a gente, de boa fé, por ignorar direito alheio, pacificamente, porque sem violência, sem oposição, de quem quer que fosse, ininterruptamente, mantendo uma posse pública, pacífica, contínua e de boa fé, pelo que já os adquiriu a título originário por **usucapião**.

É parte certificada e vai conforme o original, declarando que da parte omitida nada consta que altere, prejudique, modifique ou condicione a parte transcrita.

Funchal, quinze de janeiro de dois mil e quinze. A Notária,
Carla Cristina de Jesus Alves

Venezuela “de olho” nos grossistas e distribuidores de produtos

Maduro acusa-os de estarem a fazer uma “guerra económica”



SARA SILVINO
ssilvino@tribunadamadeira.pt

O Presidente da Venezuela acusou os distribuidores privados de alimentos de estarem a fazer uma “guerra económica” contra os venezuelanos e denunciou que os produtos importados para abastecer o mercado local vão parar a outros países, incluindo Portugal.

“Se investimos em dólares e em bolívares para importar, para produzir (...) porque é que, pelas redes privadas, os produtos acabam em Cúcuta, em Bucaramanga, em Bogotá, em Cali (todas elas localidades na Colômbia), em Aruba, em Miami (EUA) e até em Portugal”, questionou Nicolás Maduro.

O Presidente Nicolás Maduro anunciou ter ordenado uma “acção de fiscalização” dos grossistas e distribuidoras de alimentos, um sector onde existem importantes investimentos de portugueses, para “regularizar” o abastecimento de produtos no país. “Vamos efectuar uma acção de fiscalização de todas as distribuidoras e grossistas deste país. Vamos dar-lhes um aperto de mão, quem quiser trabalhar, (será) bem-vindo, mas quem quiser sabotar, será apertado com a lei”, disse.

Nicolás Maduro falou no parlamento venezuelano, durante a sessão anual de apresentação da acção executiva.

“Vamos à rua com o povo, revistar tudo, regularizar tudo e estabelecer níveis de controlo para que respeitem o abastecimento”, frisou.

O Presidente venezuela-

no acusou os distribuidores de terem desencadeado uma “guerra dirigida a esconder os produtos para irritar o povo” e de terem uma campanha psicológica de desestabilização.

Lembrou também que entre os dias 7 e 10 de janeiro, as vendas efectuadas correspondem a cerca de mês e meio num período normal, justificando assim a “guerra psicológica” encetada por alguns grupos numa altura em que a reposição de produtos nas lojas é mais lenta devido ao período de férias do natal.

Nicolás Maduro agradeceu também “em nome do Governo bolivariano a atitude de consciência, de paciência e de amor à paz” dos venezuelanos que se mantiveram calmos perante a escassez de produtos.

Na Venezuela são cada vez mais frequentes as queixas dos cidadãos por dificulda-

des para conseguir, no mercado local, alguns produtos essenciais como o detergente, o açúcar, o leite em pó, óleo vegetal, café, farinha de milho pré-cozida, papel higiénico, lâminas de barbear e fraldas descartáveis para crianças, entre outros.

Segundo o canal estatal Venezuelana de Televisão, a Associação Nacional de Supermercados e Afins (Ansa, presidida por portugueses) tem 71.000 estabelecimentos comerciais na Venezuela, representando quase 80% da distribuição nacional de produtos.

Salário mínimo na Venezuela aumenta 15% em fevereiro

O presidente da Venezue-

la, Nicolás Maduro, anunciou, nesta quinta-feira que o salário mínimo vai aumentar 15% a partir de fevereiro, reajuste que será aplicado também às pensões. “No ano passado, fizemos três aumentos, com o subsídio de alimentação incluído.

Este ano, vamos começar com um primeiro aumento, a partir de um de fevereiro, de 15% do salário mínimo dos trabalhadores venezuelanos e de todas as pensões”, afirmou. Com o novo aumento, os venezuelanos vão passar a receber mensalmente 5.633,97 bolívares, que equivalem a 770 euros, no país onde vigoram três taxas de câmbio oficiais, 6,30, 12 e 52,1 bolívares por cada dólar norte-americano, aplicadas a alimentos e importações prioritárias, turismo e outras importações, respectivamente, e onde um café custa 40 bolívares (5,47 euros). ●

DRA. HELENA CARDOSO

Presidente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo (SPEDM)



Diabetes tipo 1 em África: Dilemas

Na África subsaariana a esperança de vida de uma criança com diabetes mellitus tipo 1 é muito baixa. Este tipo de diabetes resulta da destruição das células pancreáticas produtoras de insulina e estas crianças necessitam de insulina para sobreviverem. Nas zonas rurais de Moçambique a esperança de vida de uma criança com diabetes tipo 1 é apenas de 7 meses.

A descoberta da insulina, no início do século XX, revolucionou o tratamento da diabetes tipo 1 permitindo a sobrevivência às crianças afetadas por esta doença. No entanto, para a maior parte das crianças da África subsaariana, a insulina ainda não existe devido à dificuldade ao seu acesso. Frequentemente para as famílias a escolha é

entre comprar insulina ou alimentos para toda a família. A nível governamental a escolha é entre tratar um caso de diabetes tipo 1 ou vários doentes com outras doenças. Disto resulta que apenas 1 por cento destas crianças sobreviva 6 anos após o diagnóstico.

O problema não se limita ao acesso à insulina, está também no reconhecimento da doença, no seu diagnóstico. Para além do acesso à insulina, é necessário ainda o acesso aos meios para a sua administração (seringa e agulhas) e a meios para controlar os níveis de glicose no sangue (glicemia). Se na Europa determinar a glicemia, com uma tira teste e um aparelho medidor (glicómetro), é um ato simples realizado pelo próprio em casa ou em qualquer lugar, em África uma determinação envolve com frequência percorrer uma grande distância.

Estes problemas serão debatidos, no painel da lusofonia, durante o Congresso Nacional de Endocrinologia

2015, na presença de representantes dos organismos internacionais, numa vontade de cooperação da SPEDM com os países africanos de língua portuguesa.

O painel de lusofonia conta com a participação de endocrinologistas de Angola, Cabo Verde e Moçambique que vão falar deste problema nos respetivos países e debatê-lo na presença do presidente da Federação Internacional da Diabetes, do presidente da Sociedade Europeia de Endocrinologia e do diretor-geral da Saúde de Portugal.

PUB



Cidadão Repórter

CARTÓRIO NOTARIAL PRIVADO SITO NO FUNCHAL

Carla Cristina de Jesus Alves, notária em substituição
Rua das pretas, número 33º, R/C A
(publicado no Tribuna da Madeira 23-01-2015)

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, iniciada a folhas três e seguintes do livro de notas para escrituras diversas, número CINCO - C, deste Cartório, VÍTOR MENDES PAULO, NIF 157 876 632, divorciado, natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos, residente ao caminho do Marco e Fonte da Pedra, entrada 1, porta 4, na freguesia do Jardim da Serra, no mesmo concelho de Câmara de Lobos, se afirmou dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrém, dos **doze prédios rústicos**, terra e benfeitorias, infra identificados, localizados ao sítio do Marco e Fonte da Pedra, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos: 1) Um, com a área de trezentos e setenta e três metros quadrados, a confrontar pelo norte com João Fernandes e herdeiros de Júlia Henriques Sequeira, sul e leste com Gregório Rodrigues e oeste com herdeiros de Francisco Figueira Ferraz e Gregório Rodrigues, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/28, da secção K2, com o valor patrimonial de € 4,39 e o atribuído de quinze euros; 2) Um, com a área de dois mil duzentos e oitenta e sete metros quadrados, a confrontar pelo norte com herdeiros de Maria de Jesus, sul com estrada, leste Gregório Rodrigues e Manuel Silvestre e oeste com Gregório Rodrigues, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/29, da secção K2, com o valor patrimonial de € 25,46 e o atribuído de trinta euros; 3) Um, com a área de sete mil seiscentos e quarenta e três metros quadrados, a confrontar pelo norte com João Joaquim Pinto Júnior e Manuel dos Ramos, sul com estrada, leste herdeiros de Francisco Figueira Ferraz e Gregório Rodrigues e oeste com Francisco Figueira, João Rodrigues Dinis e outros, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/30, da secção K2, com o valor patrimonial de € 85,48 e o atribuído de cem euros; 4) Um, com a área de quinhentos e vinte e sete metros quadrados, a confrontar pelo norte com Francisco Figueira e Gregório Rodrigues, sul e oeste com herdeiros de Francisco Figueira Ferraz e Gregório Rodrigues e leste Gregório Rodrigues, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/32, da secção K2, com o valor patrimonial de € 6,15 e o atribuído de quinze euros; 5) Um, com a área de dois mil cento e trinta e oito metros quadrados, a confrontar pelo norte com Gregório Rodrigues, sul com levada e herdeiros de Francisco Figueira Ferraz, leste com herdeiros de Francisco da Silva Freitas e Gregório Rodrigues e oeste com Gregório Rodrigues, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/33, da secção K2, com o valor patrimonial de € 24,47 e o atribuído de quarenta euros; 6) Um, com a área de mil duzentos e vinte e dois metros quadrados, a confrontar pelo norte com herdeiros de Maria de Jesus e outros, sul com Gregório Rodrigues e Francisco Figueira, leste com Gregório Rodrigues e oeste com João Francisco Rodrigues de Abreu e outros, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/34, da secção K2, com o valor patrimonial de € 13,94 e o atribuído de trinta euros; 7) Um, com a área de trezentos e sessenta e cinco metros quadrados, a confrontar pelo norte com Jorge Pinto Figueira Júnior e outros, sul com Francisco Figueira e Gregório Rodrigues, leste com Jorge Pinto Figueira Júnior, Francisco Figueira e outros e oeste com João Francisco Rodrigues de Abreu e Gregório Rodrigues, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/35, da secção K2, com o valor patrimonial de € 4,39 e o atribuído de dez euros; 8) Um, com a área de quinhentos e noventa e três metros quadrados, a confrontar pelo norte com Gregório Rodrigues, sul com Vitorino Francisco de Abreu e João Rodrigues Dinis, leste com João Rodrigues Dinis e oeste com Herdeiros de Luísa Rodrigues Dinis e Gregório Rodrigues, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/36, da secção K2, com o valor patrimonial de € 7,46 e o atribuído de quinze euros; 9) Um, com a área de trezentos e oitenta e dois metros quadrados, a confrontar pelo norte com Gregório Rodrigues, sul com João Francisco Rodrigues de Abreu e herdeiros de Luísa Rodrigues Dinis, leste com Jorge Pinto Figueira Júnior e oeste com Herdeiros de Luísa Rodrigues Dinis, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/37, da secção K2, com o valor patrimonial de € 4,39 e o atribuído de dez euros; 10) Um, com a área de dois mil e sessenta e três metros quadrados, a confrontar pelo norte com herdeiros de Júlia Henriques Sequeira, João Joaquim Pinto e outros, sul com levada, leste com Vitorino Francisco Abreu e João Francisco Rodrigues Abreu e oeste com herdeiros de Júlia Sequeira e herdeiros de Francisco Gonçalves de Abreu, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/38, da secção K2, com o valor patrimonial de € 23,37 e o atribuído de cinquenta euros; 11) Um, com a área de setecentos e doze metros quadrados, a confrontar pelo norte com João Francisco Rodrigues Abreu, sul com levada, leste com Francisco Figueira e Gregório Rodrigues e oeste com herdeiros de Luísa Rodrigues Dinis, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/39, da secção K2, com o valor patrimonial de € 8,12 e o atribuído de dez euros; e 12) Um, com a área de quatro mil novecentos e cinquenta e cinco metros quadrados, a confrontar pelo norte e oeste com Francisco Figueira e Gregório Rodrigues, sul com Gregório Rodrigues e leste com levada e João Abel Dantas, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1/40, da secção K2, com o valor patrimonial de € 56,07 e o atribuído de oitenta euros, não descritos na Conservatória do Registo Predial de Câmara de Lobos, por não serem o mesmo, nem oferecerem qualquer relação ou semelhança com o ali descrito sob o número quarenta e um mil setecentos e noventa e seis, a folhas cento e quarenta e oito verso, do livro B-cento e vinte, da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, conforme expressamente declaram sob sua inteira responsabilidade, para efeitos do n.º 4, do artigo 112.º, do Código do Registo Predial. Que os identificados prédios ficaram a pertencer ao justificante, por compra verbal, feita, já no estado de divorciado, no ano de mil novecentos e oitenta e seis, a Gregório Rodrigues e mulher Filomena dos Anjos Pestana, residentes que foram aos sítio da Igreja, na mesma freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, casados no regime da comunhão geral, atualmente já falecidos, desconhecendo porque título os prédios vieram à posse dos mencionados vendedores Gregório Rodrigues e mulher Filomena dos Anjos Pestana. Que dada a forma verbal de aquisição, o justificante não dispõe de documento algum que lhe permita fazer o registo dos prédios anteriormente identificados, em seu nome. Mas apesar da falta de títulos, o justificante está na posse dos identificados prédios, terra com suas respetivas benfeitorias, desde aquele ano de mil novecentos e oitenta e seis, sempre exercida e mantida em nome próprio, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de todos, sem interrupção, gozando as respetivas utilidades, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito da propriedade, quer usufruindo como tal os prédios, quer suportando os inerentes encargos, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, que conduziu à sua aquisição por usucapião.

É parte certificada e vai conforme o original, declarando que da parte omitida nada consta que altere, prejudique, modifique ou condicione a parte transcrita.

Funchal, quinze de janeiro de dois mil e quinze. A Notária,
Carla Cristina de Jesus Alves

ROSAS E ESPINHOS DA NOVA AUTONOMIA

GREGÓRIO GOUVEIA
gregoriogouveia.blogspot.pt

Contradição do jardinista Albuquerque

“A situação não está fácil aqui nem a nível nacional, pelo que espero que ele [Alberto João] apresente a sua recandidatura”.

Miguel Albuquerque, DN, 22/04/2003

Quem, atualmente, houve e lê o que Miguel Albuquerque diz e escreve poderá pensar que o atual chefe do PSD-M andou sempre às avessas do líder cessante. Mas não. Em simbiose perfeita, Miguel Albuquerque não só foi Secretário-Geral Adjunto do PSD-M a partir do Congresso de 1991, com Jaime Ramos em Secretário-Geral, mas também foi promovido a Vice-Presidente do Partido, por opção de Alberto João, no Congresso que se realizou nos dias 25 e 26 de novembro de 1995.

O VII Congresso do PSD-M, realizado nos dias 14 e 15 de Dezembro de 1991, ocorreu numa altura em que, se ainda reinava uma certa euforia pela vitória do PSD nas legislativas nacionais de outubro daquele ano, internamente estava patente a já anterior tendência do líder de remodelar os órgãos partidários e de acentuar a centralização do poder na Rua dos Netos.

Desde alguns anos, o líder do PSD-M vem anunciando que seria a última vez que se recandidatava. Mas o VIII Congresso de 1995 foi marcado pelo anúncio de que Jardim sairia no ano 2000, lançando em eventuais sucessores uma euforia discursiva de alguma discordância do chefe. Mas houve aplausos de pé aos novos Vice-Presidentes do Partido, tendo sido o ano da graça da promoção de Albuquerque. O querido líder Alberto João compensou-o pelo facto deste ter aceite substituir Virgílio Pereira na Câmara do Funchal e também ser Vice-Presidente da Assembleia Regional, desde quando Jaime Ramos declinou o convite de Jardim para ser vice-presidente da Assembleia, tendo sido encontrado, inesperadamente, o nome de Miguel Albuquerque que tanto agradou a Jaime Ramos como a Alberto João Jardim.

De tal ordem que Miguel Albuquerque é fruto do passado de Jardim nos bons e nos maus momentos da gestão partidária e governativa, quer no plano político, em geral, quer nas diversas derrapagens financeiras regionais, em particular.

Aceitou, calado, o centralismo estalinista da Quinta Vigia e, subservientemente, as ordens dirigidas do chefe para tudo ser cumprido pelos súbditos do Governo Regional e das Câmaras Municipais.

Não foi contra a gestão financeira do Governo Regional, com as suas maiorias absolutas na Assembleia Regional, que promoveu, desde 1984, a derrapagem e o constante aumento da dívida pública regional.

À medida que decorreu o tempo, assistiu sem nada dizer à falência financeira da Região, o que obrigou o Governo Regional a recorrer a apoios especiais, não do FMI, mas de uma espécie de «fundo monetário nacional» (FMN) – o Estado.

As questões financeiras da Madeira, que sempre criaram crispções entre os dirigentes políticos da Região e da República, passaram ao lado de Albuquerque, mesmo no período em que foi Secretário-Geral Adjunto e Vice-Presidente do Partido. Mesmo quando, pela reivindicação constante de mais dinheiro para a Madeira, Jardim inventou o “contencioso da autonomia” para atribuir as culpas a Lisboa.

Albuquerque era alto dirigente do PSD-M num dos períodos de ruíosa gestão financeira da Região, que culminou com o perdão de 110 milhões de contos à Madeira pelo Governo de António Guterres.

Foram os calotes sobre calotes da Região – com Albuquerque a ver e calar – que levaram ao pedido de intervenção do Estado no rombo financeiro da Região, consubstanciado no «Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira», de 27/01/2012, decorrente da Carta de Intenções, de 27/12/2011.

gregoriogouveia.blogspot.pt

DIVAGANDO...

VIRGÍLIO PEREIRA



Radicalismo

nário, não reconheço o direito de alguém julgar de bons, maus ou hipócritas os sentimentos dos manifestantes de Paris, com cerca de 1,5 milhões de pessoas. Porém, há leituras para esse acontecimento retumbante.

Quanto a mim, julgo que a esmagadora maioria desses manifestantes quisera protestar contra os crimes desumanos e inaceitáveis que aconteceram dias antes e gritar em uníssono para as autoridades de que devem reforçar a segurança interna do seu País e contribuir mais para o combate ao terrorismo a nível internacional.

Nunca fui adepto de qualquer tipo de radicalismo: político, religioso, ateu, ambientalista, científico, artístico ou de qualquer outra área.

Os últimos dois obrigam-me a ponderar bem as situações em que se revelam e, ao fim de muitos trabalhos, acabo por aceitá-los, em grande parte. Só que não aprovo a atitude arrogante e intolerante dos seus eventuais autores, essencialmente no que concerne ao desconhecimento ou do conhecimento frágil que desses fundamentalismos tem a maior parte, mesmo a maioria esmagadora da humanidade.

Vem isto a propósito, ainda, do bárbaro assassinato de 12 pessoas, no assalto dos terroristas islâmicos à sede do jornal satírico Charlie Hebdo e também dos 4 assassinios cometidos por outro terrorista comparso dos primeiros a um supermercado judeu em Paris.

Ninguém de bom senso, democrata e respeitador dos Direitos do Homem aceita semelhantes crimes hediondos cometidos por loucos fanáticos que se dizem ao serviço de um Deus e/ou de um Profeta. Julgo que nem mesmo eles sabem, com conhecimento mínimo, a causa pela qual dizem ter cometido esses crimes injustificáveis.

Também estou concordante com aqueles que rejeitam e condenam, sem margem para dúvidas, esses comportamentos irracionais.

Tal qual como no meu último escrito neste sema-

direito de abusar da liberdade que tem para prejudicar seja quem for.

Repito que os crimes dos terroristas ditos “islâmicos” são injustificáveis e de uma crueldade humana insuperável, bem como demonstram a falta de respeito pela dignidade humana e pelo valor inestimável que é a vida. Estas atrocidades só não incomodam os déspotas, os carrascos, os fanáticos de qualquer espécie da raça humana que infelizmente continuam a prevalecer neste mundo. Para eles, os Direitos Humanos são uma treta.

Porque vivemos em Democracia, ou melhor, quem é sinceramente democrata, seja pessoa, grupo, movimento ou partido tem de reconhecer que a liberdade e o direito à diferença são pilares indiscutíveis da Democracia.

O terrorismo exercido seja por que for, inclusivamente o praticado por alguns Estados, deve ser combatido vigorosamente, sem dar o mínimo descanso aos facinoras que o praticam.

As Nações e os Estados, e todos os cidadãos responsáveis deste planeta têm de considerar como uma das maiores prioridades para consumir a felicidade humana, o combate colectivo ao terrorismo que ultimamente está a recrudescer em volume e com requintes de malvez.

Sempre ouvi dizer que a nossa liberdade termina quando começa a ferir a liberdade dos outros. Sinto, sinceramente, que esta expressão é discutível mas gostaria de ver esta temática debatida, convenientemente e repetidamente até que a maioria das pessoas de bom senso, de esquerda, do centro ou de direita e mesmo os apolíticos não ficassem com dúvidas.

Apoio aqueles que afirmam que o atentado ao Charlie Hebdo é o resultado do confronto de dois radicalismos: o ateu e o religioso. Realmente, nenhuma das partes tolera a outra, no sentido de respeitar alguém que pense ou aja diferentemente de nós. Ninguém tem o



O LIBERAL

gráfica

A impressão que fica!



**VOCÊ precisa na hora...
Não saia da empresa!
Envie os ficheiros,
NÓS imprimimos!**

**Cartões de visita, papel timbrado,
envelope (DL, A5, A4, A3)**

Flyers, folhetos, dípticos, trípticos

Factura, guias... (numeradas)

Posters (vários formatos)

Teses universitárias

Revistas, Livros

 comercial@oliberal.pt

Pneumonias em alta

Assim como a gripe cuja doença é mais predominante em janeiro e fevereiro

O tempo mais frio que se tem feito sentir nos últimos dias suscitou um aumento de casos de gripes, assim como de pneumonias. Segundo indicações de fontes ligadas à saúde, os casos de gripes mais assinalados referem-se às crianças e idosos. Já as situações de pneumonias apontam para os 50 anos com maior incidência nos idosos. Os serviços do Ministério da Saúde estão a implementar medidas para reduzir o impacto

das condições climatéricas adversas.

A DGS continua a recomendar e reforça a necessidade da vacinação dos cidadãos pertencentes a grupos de risco que ainda não se

vacinaram. O cumprimento das regras de higiene das mãos e de etiqueta respiratória.

A utilização da Saúde 24 como o primeiro contacto com o sistema nacional de saúde.

A gripe é uma doença sazonal que se manifesta principalmente durante o Inverno, com um

padrão de incidência predominante, nos últimos anos, em janeiro e em fevereiro. A atividade gripal em Portugal é alta.

Os profissionais de saúde insistem na vacinação da gripe e alertam a população para os cuidados a ter nos dias mais frios.

Pneumonias podem ser confundidas com gripe

Hoje em dia é mais frequente ouvirmos falar em pneumonias. Porém, esta doença pode, por vezes, ser confundida com uma gripe. Mas é preciso estar alerta aos sintomas para que se possa tomar as devidas precauções e medicação adequadas.

A gripe é uma doença agu-

da que acomete as vias respiratórias, causada pelo vírus Influenza, e é altamente contagiosa. Os sintomas são febre acima de 38°C, tosse, catarro, dores pelo corpo e mal-estar generalizado e costumam durar mais ou menos sete dias. Para tratá-la, bastam remédios para aliviar os sintomas e aguardar a reação do próprio organismo, que terá a função de eliminar o vírus.

Quanto aos sintomas de pneumonia, esta doença caracteriza-se como uma infecção nos pulmões, podendo afetar a região dos alvéolos pulmonares e, às vezes, os interstícios. Pode ser causada por vírus, bactéria, fungos e reações alérgicas. Os sintomas são os mesmos da gripe, além de falta de ar, pressão baixa e até desmaios. Geralmente são mais duradouros do que os da gripe. Uma pessoa com pneumonia não infecta as outras facilmente e são necessários antibióticos para combater a doença. Para se prevenir contra a pneumonia e evitar fatalidades, o médico aconselha evitar infecções respiratórias virais, principalmente no outono e inverno; vacinação pneumocócica para crianças com menos de dois anos, para maiores de 60 anos, e em pacientes imunossuprimidos, esplenectomizados e portadores de doenças pulmonares crônicas; cuidado com a broncoaspiração de pessoas com dificuldade de deglutição; manutenção adequada de ar condicionado; e procurar serviço médico se houver sintomas como tosse produtiva, falta de ar, dor torácica que piora com a respiração e febre.

Em casos mais graves, principalmente nos paciente com maior risco, pode haver necessidade de entubação orotraqueal e uso de ventilação mecânica.

Também pode haver choque séptico. Assim, qualquer suspeita de pneumonia deve ser avaliada pelo médico para poder ser indicado o tratamento adequado. ●

Sempre que tossir ou espirrar tape o nariz e a boca com lenço de papel

Deite no caixote do lixo os lenços de papel usados

Lave as mãos frequentemente com água e sabão

Se tiver sintomas de gripe, ligue para a linha Saúde 24: 808 24 24 24

Se tiver sintomas de gripe guarde uma distância de, pelo menos, um metro, quando falar com outras pessoas

Se tiver sintomas de gripe fique em casa, não vá trabalhar, nem à escola e evite locais com muitas pessoas

Se tiver sintomas de gripe, evite cumprimentar com abraços, beijos ou apertos de mão

Se não tiver as mãos lavadas, evite mexer nos olhos, no nariz e na boca



Afonso Santos arrasou em 2014 e conquistou todos os troféus

Esta nova época traz muitas novidades



Com apenas seis anos de idade, Afonso Santos já tem um rol de troféus conquistados nas provas de motocross. Neste campeonato de 2014 foram organizadas quatro provas de motocross e cinco de rampas TT. Nessas provas realizadas, Afonso #288 correu com a sua moto 4 Locin 110cc e

ganhou tudo o que havia para ganhar. Vitórias que ajudaram este “grande pequeno corredor” subindo o pódio e recebendo os troféus de 1º classificado infantil QX, e dois títulos de campeão regional infantil QX no final do campeonato, campeão regional de infantil QX e campeão regional de Infantil QX rampas TT. Vitórias essas que não seriam possíveis sem a sua mota

que portou-se bem a época toda, pois foi feita uma revisão completa antes de iniciar a época. Afonso Santos e o pai que o acompanha nas provas, Ruben Santos, agradecem a todas as pessoas que apoiaram o piloto, agradecimentos esses em especial para 37RC Motoschool onde o piloto iniciou oficialmente a competição, Auto check center Alberto Santos, Extremebike, Sty-

le publicidade, Mc sport bar, família e amigos. Com todas as provas ganhas em 2014, Afonso Santos prepara-se para a nova época que promete ser cheia de novidades. O piloto Afonso #288 vai passar para as duas rodas e assim pilotar uma Ktm 50cc pro senior. Esta será uma estreia para ele, assim fazendo uma equipa com os seguintes pilotos, da classe MX1 #33 Fábio Mendonça Kawasaki

450cc, MX1 #11 Ricardo Gonçalves Kawasaki 450cc, Classe MX2 #26 Vitor Oliveira Kawasaki 250cc. Esta época será organizada por uma outra organização onde serão feitas seis provas em pistas diferentes com muitos mais números de pilotos. O jovem piloto espera também encontrar alguns apoios e patrocínios para que o campeonato não seja feito com algumas dificuldades. ● SS



Crise económica e social instalada no País obrigou a um “regresso a casa” de filhos e netos

Uma realidade que lança a questão se viveria o país sem os seus seniores?

Os avós foram sempre um suporte essencial de referência nas famílias, considerados um porto seguro. Hoje, para além de se lhes “exigir” o sorriso compreensivo e a mão amiga, transformaram-se, muitos deles, o único rendimento das suas famílias. A crise económica e social instalada do País, obrigou a um “regresso a casa” de filhos e netos, com as implicações psicológicas e sociológicas que

essa situação acarreta.

É preciso trazer para debate esta nova realidade. É preciso que se fale abertamente do papel dos velhos e dos novos sem preconceitos de “conflitos geracionais”.

A sabedoria, o conhecimento, a experiência de vida e de muitas vidas que os mais velhos trazem consigo é uma mais-valia que os jovens não podem dispensar.

Trazer para a discussão o papel ativo que os Seniores desenvolvem na sociedade Portuguesa é alertar para um

novo conceito familiar, económico e social.

É neste âmbito que se realiza a conferência Seniores Ativos «Viveria o país sem os seus seniores?», a 24 de janeiro, na biblioteca Municipal Almeida Garrett.

“Os seniores portugueses já representam mais de um terço da população total, o que significa existência de um mercado de oportunidades!”.

A Conferência Seniores Ativos – “Viveria o país sem os seus seniores?”, é uma iniciativa da Santa Casa da Misericór-

dia do Porto e pretende chamar à atenção da sociedade portuguesa para o contributo concreto cada vez mais importante que os cidadãos seniores continuam a dar em diversos setores de atividade, bem como chamar a atenção para a necessidade urgente de integração destes na vida social ativa.

Esta conferência tem ainda como objetivo colocar o tema envelhecimento nas agendas nacionais e apelar à importância da preparação de uma reforma ativa e de qualidade.

A referida conferência conta com um grupo de oradores de excelência com nomes como Luís Mira Amaral, Valente Oliveira, Júlio Machado Vaz, António Tavares, Rui Moreira, Paulo Cunha e Silva, Mónica Baldaque, Hipólito Reis, Mário Cláudio, Pedro Arroja, entre outros. Os Temas das Talks incluirão reflexões em diversas áreas como política, cultura, saúde, comércio, indústria, artes, entre outros, numa vertente de integração dos seniores na sociedade e no mercado de trabalho. ● SS



PUB

Mantém-te atualizado em...

www.diariocidade.pt



Dor afeta mais de 60 por cento dos doentes oncológicos



A Associação para o Desenvolvimento da Terapia da Dor (ASTOR) promove o seu Convénio e as 22as Jornadas da Unidade de Dor do Hospital Garcia de Orta, na Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa, no próximo dia 30 de Janeiro.

Esta iniciativa tem como objetivo criar um espaço de informação, debate e discussão de ideias e propostas de melhoria no âmbito do diagnóstico e tratamento da dor crónica e aguda e da dor no doente oncológico.

“A dor oncológica, considerada pela Organização Mundial de Saúde, como uma emergência mundial, pode afetar entre 60 a 80 por cento dos doentes com cancro, nomeadamente na fase mais avançada da doença. Esta dor pode ser causada pelo tratamento instituído para a doença, como a radioterapia e quimioterapia, ou pelo próprio desenvolvimento do tumor”, explica Beatriz Craveiro Lopes, membro da direção da ASTOR e Diretora da Unidade de Dor do Hospital

Garcia de Orta.

E acrescenta: “A dor mais frequente no doente oncológico resulta de uma associação entre uma dor nociceptiva, provocada por uma lesão ou dano tecidual, e uma dor neuropática, originada por lesão ou doença no próprio nervo. Os doentes descrevem esta dor como cortante, latejante, queimadura, formigamentos, picadas ou tipo choque elétrico”.

Estima-se ainda que mais de 15 por cento dos doentes com cancro sofrem de dor de causa não oncológica, como cefaleias e lombalgias.

“A dor não tratada causa muito sofrimento, por isso, o doente deve procurar o seu médico em vez de deixar a sua dor prolongar-se, porque o início tardio do tratamento pode comprometer a sua eficácia. Atualmente já existem terapêuticas em Portugal que permitem controlar a dor, e em algumas situações sem necessidade de recorrer a múltiplos medicamentos, reduzindo assim o risco de interações medicamento-

sas”, conclui Beatriz Craveiro Lopes.

As interações farmacológicas no tratamento da dor, a acupuntura e a dor aguda no peri-operatório são outros temas em destaque no Convénio da ASTOR.

No decorrer desta iniciativa será atribuído o prémio “Grünenthal/ASTOR” que irá galardoar trabalhos originais em língua portuguesa sobre aspetos de investigação clínica no âmbito do tratamento da dor.

No dia 29 de janeiro, integrado nesta iniciativa, irá decorrer um curso de Ecografia e Radiofrequência em dor, destinado a médicos de várias especialidades, com o objetivo de formar sobre a aplicação de ecografia e radiofrequência no tratamento da dor.

No dia 30 de janeiro, os participantes podem participar nos cursos formativos sobre dor na criança; cuidados alimentares no doente com dor crónica; ou avaliação psicomotricista dos doentes com dor. ●

CLÍNICAS

PUB MÉDICOS

PUB

BOM JESUS
CLÍNICA DE MEDICINA DENTÁRIA
E ORTODONTIA

Fátima Rodrigues
Médica Dentista
Especialista em ortodontia
na Noruega e Portugal

Susana Aires
Médica Dentista

Rua do Bom Jesus, 8 e 10
Sala 202 e 203
9050-028 FUNCHAL
Tel.: 291241819 • 291238033

LPM
Laboratório de Prótese Dentária da Madeira

Rua João de Deus, 12-B
Telef.: 291 228 004

DENTAL DENTE
MADEIRA

Dr.ª Ana Filipa Sousa
Dr.º Carlos Gandolfo
Dr.ª Rossana Aimar
Dr.ª Elaine Jesus

Impasse 1º - Nº 1, caminho da Igreja
Santo António 9000-319 Funchal
Telef.: 291 744 050 / Fax: 291 744 054
Telemóvel: 968 634 008
dentaldentemadeira@mail.telepac.pt

Manuel Pontes da Encarnação
Médico Especialista
Ginecologia - Obstetrícia

- **Centro Médico do Lido**
Centro Comercial
Monumental Lido 3º andar
Tel.: 291771020
969677686
- **Clínica da Sé**
Rua dos Murças, 42 - 2º
Tel.: 291 207 676
291 207 662

Dr. Rui Pereira Vasconcelos
Especialista em:
Pediatría - Neuropediatría
clínica medicada

ajuda
291 773 948

Rua Nova da Vale da Ajuda, 14
Apartamentos Ajuda, Loja C - Funchal

ISABEL JARDIM
MÉDICA
GASTROENTEROLOGISTA
ENDOSCOPIA DIGESTIVA

Consultório:
Rua Visconde Anadia nº 19, 4º Z
9050 - 022 Funchal

Telemóvel: 969 570 779

Este espaço pode ser seu

E-mail: comercial@tribunadamadeira.pt
Telef: 291 911 300

Editora **Liberal**
O livro da semana

Eneida Magalhães Caetano
10,50€

OS 21 RITOS TIBETANOS

Adquira-o a preço de custo
Edifício O Liberal | PEZO, Lote 7, Socorridos | 9004-006 Câmara de Lobos
Tel. 291 623 499 / 696 | Fax 291 264 429 | Email: comercial@oliberal.pt

PUB

PUB

Crónicas da memória, com e sem ficção. (2)



Na época poucos livros me deram tanto prazer na leitura como “Lenine” de Máximo Gorki. Consistia numa memória biográfica e ao mesmo tempo histórica do líder da revolução soviética de 1917, feita por um escritor de quem já gostava por razão de outros livros como “A Mãe”. Neste, sobre Lenine, que aparece em Portugal em 1971, editado pela Editorial Inova, e que foi logo proibido pela censura salazarista então vigente, chegou-me da editora antes de ser proscrito. “Lenine” é quase um obituário de Lenine escrito por Gorki. Ou talvez um quase obituário, tinha dois factores apelativos. Era sintético, isto pequeno, e ao mesmo tempo pormenorizado, (parece uma contradição nos próprios termos, mas não

é) isto é com pormenores vividos pelo autor que lhe davam um tom intimista muito grande, com aspectos humanos de Lenine que não se ligam com o que normalmente conhecemos do líder da revolução soviética.

À época Lenine era para o ocidente, um criminoso, mas para alguns intelectuais de relevo e de esquerda era quase um deus na terra. Bernard Shaw escrevia dele “neste momento existe um único homem de estado interessante, chama-se Lenine”. Romain Rolland escrevia “Lenine empenha-se inteiro em todos os momentos da sua vida de combate”. Sun Yat-Sen escrevia “os numerosos séculos de história mundial revelaram milhares de chefes e de sábios que pronunciaram palavras que nunca realizaram. Tu Lenine és uma excep-

ção” Ainda H. G. Wells dele disse “A base do prestígio pessoal de Lenine eram a lucidez de espírito e a perspicácia que deu provas quando do golpe de estado revolucionário”

De oriente a ocidente Lenine estava na mais alta consideração de alguma intelectualidade da época.

O retrato que dele traça Gorki é apelativo e revela alguns aspectos de convívio pessoal do autor com Lenine.

Porém a história não veio dar razão a todos estes escritores e pensadores.

Isto já tinha acontecido com John Reed em “Dez dias que abalaram o mundo”. Conseguiu capturar outro aspecto, embora ligado indiscutivelmente a Lenine, mas mais como consequência da sua acção ou seja a própria revolução que se realizou em dez dias. Reed percebeu, ao con-

trário de outros seus colegas jornalistas o que se estava a passar. Algo que iria mudar o mundo. E conseguiu-o por dentro, isto é, estando presente em reuniões importantes na altura e registando as suas decisões. Conseguiu transpor ao papel porque falharam algumas decisões e porque foram aprovadas outras. Enfim capturou de forma muito impressionante “toda” a revolução, pormenorizadamente, transcrevendo mesmo documentos e comunicados das reuniões e tudo o que se passava com as várias facções que se debatiam entre si, nos soviets, pela tomada do poder. No final foram os bolcheviques fortemente apoiados pela guarda vermelha.

Das descrições de Reed percebe-se que Trotsky, talvez fosse melhor líder do que o

próprio Lenine, este mais teórico e organizador. A história do que aconteceu a Trotsky, a mando de Estaline, já é de todos, conhecida.

Na década de 70 do século XX as importações de trigo, os processos políticos, repressão económica, tumultos graves, motins na marinha, etc. revelaram a fragilidade do sistema.

Para os comunistas ortodoxos, a URSS representava a sociedade do amanhã, o fim da história, a resolução de todos os conflitos humanos.

Sabemos que não foi, não é assim e depois da queda do muro de Berlim em Novembro de 1989, e do fim da abertura ou Perestroika preconizada por Gorbatchov, viu-se que tudo aquilo foi um gigante com pés de barro. ●

H. Nóbrega

HUMBERTO PINHO DA SILVA



Não preciso de missas para rezar

Andava a ver as montras na Rua de Santa Catarina, no Porto, quando senti bater-me levemente no ombro. Olhei, e vi meu amigo Zé Maria, que trazia seu diário, debaixo do braço.

Parei. Fez-me o questionário habitual: como estava de saúde; se tinha escrito muito; quando ia tomar café com ele... Respondi como pude.

Estávamos perto da Capela das Almas, quando o Zé disse-me uma novidade, pelo menos para mim: - A Editora Paulus publica revistinha com o ordinário da missa, orações e Evangelho do dia. A revista é mensal e vendida por quantia acessível.

Procurei logo adquirir o exemplar do mês - o que não foi fácil, - e no domingo seguinte, fui todo lampeiro, à missa.

Abri o livrinho e fiquei encantado. Estava lá tudo...até que, de um momento para outro, perdi-me. O sacerdote enveredara por outros dizeres e não tive outro remédio senão responder atabalhoadamente, algumas vezes aos soluços

ou repetindo o que ouvia.

Desiludido fui a outra igreja. Então foi muito pior. A diferença era notável. No fundo tudo estava lá, ou quase tudo... mas por outras palavras e ordem diferente.

Estava habituado, na juventude, a levar comigo o missal. O sacerdote celebrava em latim e eu lia em português.

Depois tudo se baralhou. Passei a repetir o que ouvia...

Contei a minha desdita ao Silvério, velho companheiro de infância, e ele saiu-se com esta: - "Eu também me atrapalho, mas deixo-me ir...às vezes até digo só metade, outras vezes tão perdido estou, que calo-me. E até ajudei à missa, quando era pequeno..."

Perguntei a outros conhecidos. Todos confessaram - alguns envergonhados, - que não passam de imitadores: ajoelham-se, levantam-se, sentam-se, quando o vizinho do banco faz...

É triste que assim seja. O templo devia ser local de oração. Mas quem pode participar devidamente se não sabe, ao certo, o que deve fazer?

No Brasil há, na entrada das igrejas, jornalzinho, gratuito, que tem o ordinário e as orações de domingo. Verdade é que nem sempre o padre se guia por ele, mas a maioria segue o que vem impresso. Na nossa terra, nada existe: nem folhas

volantes com o ordinário, e muito menos hinários.

Como querem que a juventude vá à missa, se não sabe como se portar, nem sabe o que vai lá fazer?

Certo jovem, quando perguntei porque não frequentava o templo, respondeu-me:

- "Rezo em casa, quando me apetece. Não perco tempo com missas...Até me sentem mal...Prefira ir à igreja quando está vazia..."

Depois admiram-se que os templo seja pouco frequentado...Como querem cativar as pessoas, se são poucos os que conhecem o que é a missa e como se devem portar no templo.

CELSONO NETO



Pulpo (manjares do Olimpo)

Que teima em continuar...

É um manjar do Olimpo
Este arrozinho a correr
E quem quiser ser mais "limpo"

Tem duas vezes para nascer!
Estamos fartos de amanhã
Sem passado e sem presente
Já basta de nhã nhã nhã...
Temos que seguir em frente!
Está tudo feito em cavacos
Ao ritmo de santanetes
Quem é que é o mais velhaco
E mais hábil nos joguetes?
Está a chegar ao fim
O reino da mediocridade
E do criminoso encobrimento...

E não me digam a mim
Que não há cumplicidade...
Palavras, leva-as o vento!

É um manjar do Olimpo
Este arrozinho a correr
E quem quiser ser mais "limpo"

Tem duas vezes para nascer!

Arroz de Polvo malandrinho
Com acompanhamento musical de cavaquinho

O restaurante é fino, tipo gourmet

Onde se come e...o pagode não vê!

A ementa é requintada
Ninguém sai sem comer nada!

Há quem coma até mais não
Mas há quem tenha moderação!

O polvo é uma delícia
Tenrinho e apetitoso
De regalar o palato...
E os ases da "perícia"
Dizem: - Está delicioso
E tem cheirinho a pato!

É um manjar do Olimpo
Este arrozinho a correr
E quem quiser ser mais "limpo"

Tem duas vezes para nascer!

É uma "pouca-vergonha"
O que se passa em Portugal
A crise é medonha
Mas para "eles" nada está mal...

Dizem pra quem quer ouvir
Que a crise está de saída
E ameaçam com o que pode vir

Se os mandarmos à vida!
Pior que isto é impossível!
Já nada nos mete medo
Vão ter mesmo que "largar"
Precisa-se de gente credível
Para acabar com o degredo

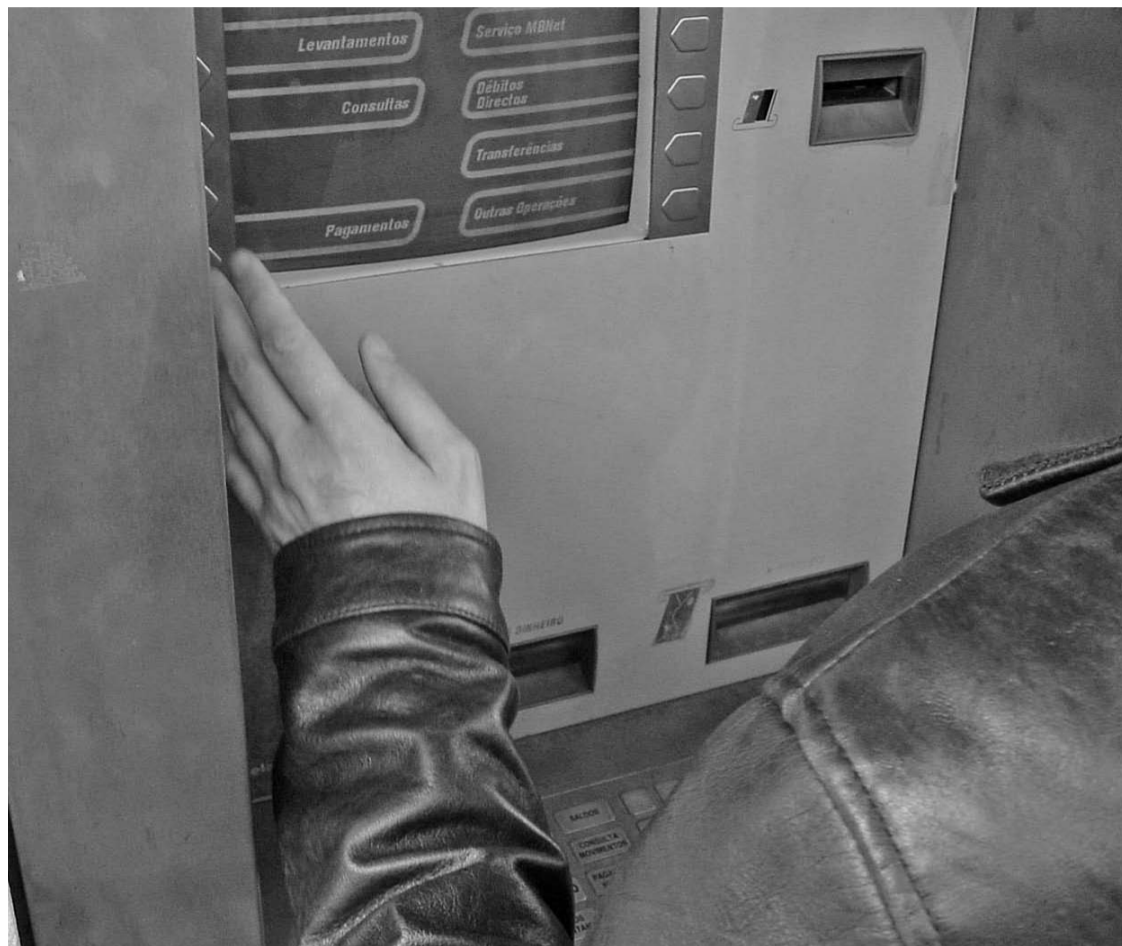
Mantém-te atualizado em...

www.diariocidade.pt



Mais levantamentos nas caixas multibanco

Em 2013 foram levantados 661,4 milhões de euros na rede multibanco da Madeira.



JUAN ANDRADE
jandrade@tribunadamadeira.pt

Os dados fornecidos pela Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS) mostram que em 2014 foram levantados nas Caixas Multibanco da Região 661,4 milhões de euros, +1,6% que no ano de 2013. Os levantamentos nacionais aumentaram 1,2%, enquanto os internacionais cresceram 5,7%. Os pagamentos registaram um incremento de 9,4%, ultrapassando os 123,5 milhões de euros, enquanto as compras através de terminais de pagamento automáticos (TPA) atingiram os 681,6 milhões de euros em 2014, +3,3% que em 2013. A nível nacional, as variações nos levantamentos, compras através de TPA e pagamentos foram de +1,2%, +6,0% e +3,6%, respetivamente.

Ainda no que respeita aos

levantamentos nacionais desagregados por município, observaram-se os maiores acréscimos na Ponta do Sol (+13,6%) e em Santana (+4,8%), destacando-se no polo oposto o Porto Santo (-2,3%), a Ribeira Brava (-2,2%) e São Vicente (-0,1%). Todos os municípios apresentaram aumentos nos levantamentos internacionais, com destaque para a Ponta do Sol (+28,9%) e Santana (+21,1%), nos quais se registaram as maiores subidas.

Ainda segundo a Direção Regional de Estatística e através dos dados da SIBS, no último trimestre de 2014, os montantes levantados em caixas Multibanco caíram 2,1% face ao período homólogo, contrariamente às compras através de TPA que cresceram 1,8%. A queda nos levantamentos deriva da redução de 2,6% observada nos levantamentos nacionais, cujo aumento

de 2,8% registado nos levantamentos internacionais não foi suficiente para anular. A nível nacional, as variações homólogas nos levantamentos e nas compras através de TPA no 4º trimestre de 2014 foram de +1,0% e +5,9%, respetivamente.

Sendo dezembro o mês de maior movimentação na rede Multibanco, o que naturalmente está associado à quadra festiva celebrada, constata-se que face ao mesmo mês do ano precedente, o montante de levantamentos nacionais caiu 1,6%. Evolução inversa foi observada nos internacionais (+7,2%) e nas compras através de TPA (+1,5%). Considerando todos os montantes destas variáveis no seu conjunto – admitindo-se o efeito substituição entre o levantamento de numerário e o pagamento em cartão - e calculada a sua variação homóloga, observa-se que esta é ligeiramente positiva (+0,4%). ●

Proveitos totais na hotelaria madeirense cresceram 12,1%

As primeiras estimativas para o mês de novembro de 2014 apontam para acréscimos nos principais indicadores da hotelaria madeirense, com variações homólogas de +8,7% nas dormidas, +12,1% nos proveitos totais e +9,8% nos proveitos de aposento. A nível nacional, pela mesma ordem, os crescimentos observados nestas variáveis foram de 11,4%, 15,8% e 14,7%.

Nos mercados tradicionais, assinala-se o crescimento das dormidas de turistas

alemães e britânicos (variações de +14,0% e +7,3% face a novembro de 2013, respetivamente), enquanto o mercado nacional registou uma redução de 1,9%.

A taxa de ocupação no mês em referência fixou-se em 50,2%, 2,4 pontos percentuais acima do observado em novembro de 2013.

Há a salientar ainda o acréscimo homólogo do rendimento médio por quarto (RevPAR) em 6,0%, para 28,18 euros. J.A. ●

André Barreto é o novo presidente da ordem dos economistas



André Barreto é o novo presidente da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas. Na tomada de posse dos órgãos sociais este responsável sublinhou o “trabalho notável” realizado pelos colegas e o “enorme crédito” conquistado junto de outras instituições públicas e privadas. Um dos objetivos para este novo mandato é manter a “capacidade técnica” e a “independência”.

Aproveitando a presença

do Bastonário da Ordem dos Economistas, o representante regional manifestou interesse em continuar com a colaboração nacional e em cativar mais jovens licenciados para a Ordem. Na sua intervenção, André Barreto disse mesmo que “nem só turismo vive a Madeira” e que estão disponíveis para colaborar com as entidades regionais em prol do futuro da Região e de melhores alternativas económicas. J.A. ●

31,5

No 4º trimestre de 2014, as vendas de cimento na Madeira ascenderam a 31,5 mil toneladas, refletindo um aumento de 11,9% face ao trimestre homólogo de 2013.

Brokerage Event – Marcação de reuniões bilaterais na ITB Berlim

No âmbito da ITB Berlim 2015, a rede europeia de apoio às empresas Enterprise Europe Network, representada na Madeira pela ACIF - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira, está a organizar um matchmaking event internacional, que tem como principal objetivo promover uma cooperação efetiva entre os diversos agentes do Setor Turismo, bem como potenciar parcerias transnacionais.

Esta iniciativa permite otimizar a participação das empresas na ITB Berlim, através de reuniões pré-agendadas com potenciais parceiros de negócio. Realizar-se-á ainda um workshop complementar sobre instrumentos de financiamento europeus para o setor turismo, tais

como INTERREG, Life, Cosme, Erasmus for young Entrepreneurs e Horizon 2020.

Por que participar?

Para encontrar novos parceiros de negócios para um acesso mais fácil ao mercado internacional;

Para beneficiar de exemplos de boas práticas na Europa;

Para saber mais sobre oportunidades de financiamento a nível internacional.

Como participar:

Até 10 de fevereiro

Registar e criar um perfil em www.b2match.eu/itb2015/registration

10 a 25 de fevereiro

Agendar reuniões bilaterais com outras entidades

registadas em www.b2match.eu/itb2015

28 de fevereiro

Receção da grelha das reuniões agendadas

4 a 8 de março

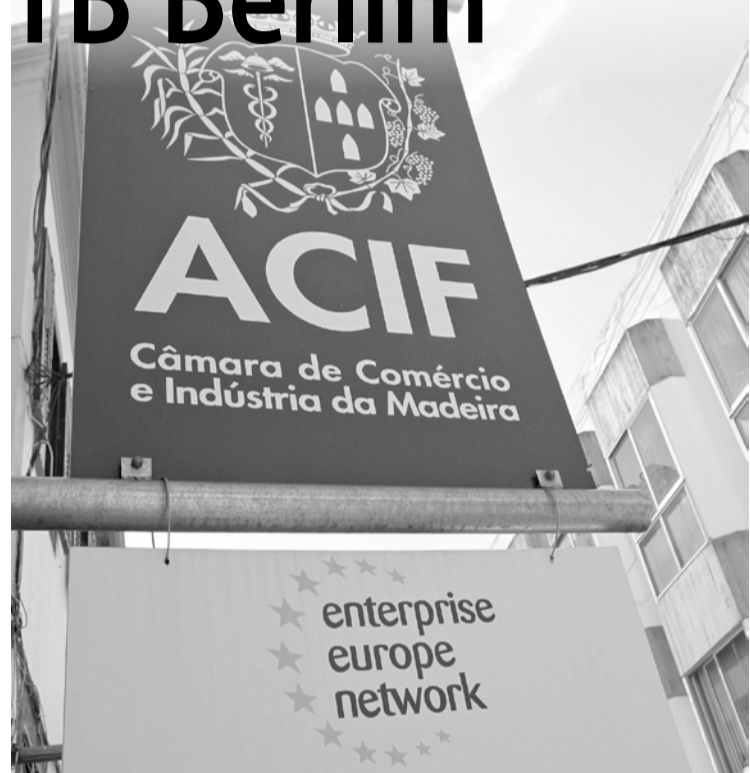
Reuniões bilaterais presenciais

6 março

Workshop “who is financing what? - European funding instruments and cooperations”

Salientamos que a inscrição nesta iniciativa é gratuita.

Para esclarecimentos adicionais contacte o Enterprise Europe Network através do telefone 291 206800 ou e-mail para EEN-PORTUGAL@acif-ccim.pt.



Sessão de Esclarecimento Mediação Imobiliária

ACIF-CCIM em parceria com o Instituto da Construção e do Imobiliário promove uma sessão de esclarecimento para os empresários de Mediação Imobiliária no dia 29 de janeiro, às 10h30, à Rua dos Aranhas 26.

Temas a abordar:

- Legislação aplicável à atividade de mediação imobiliária
- As grandes alterações legislativas visando a simplificação no acesso à atividade
- Breve identificação dos procedimentos administrativos de licenciamento, regulação, suspensão de licença, outros.
- O pedido de licenciamento
- Prestadores estabelecidos noutros Estados do Espaço Económico Europeu
- Artigos relevantes na Lei que regula a atividade

Inscreeva-se através do e-mail: dap@acif-ccim.pt ou telefone 291 206800.

ACIF apresenta hoje o Documento Estratégico para o Turismo da RAM

SEMINÁRIO

10h30 – Receção dos participantes

11h00 – Sessão de abertura:

- Presidente da Direção da ACIF-CCIM, Cristina Pedra Costa
- Secretário de Estado do Turismo, Adolfo Mesquita Nunes

11h30 - Apresentação do Documento Estratégico para o Turismo da RAM

- Partner da KPMG, Jorge Santos
- Senior Manager da KPMG, Isabel Guimarães
- Presidente do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, João Cotrim de Figueiredo
- Presidente do Conselho Diretivo da Confederação do Turismo Português, Francisco Calheiros

12h45 – Sessão de Encerramento

- Secretária Regional da Cultura, Turismo e Transportes, Conceição Estudante, em representação do Presidente do Governo Regional da Madeira

ACIF passa a integrar o protocolo do turismo de Portugal

O Turismo de Portugal, IP, celebra hoje um protocolo de cooperação com a ACIF-CCIM - Câmara do Comércio e Indústria da Madeira, a Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, e com outras entidades regionais.

Este acordo visa dinamizar, acompanhar e promover a conceção e a implementação conjunta e de forma cooperante, da iniciativa Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020,

o qual constitui o referencial estratégico no âmbito de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) para o Turismo em Portugal, nas suas diferentes dimensões, temáticas e regionais.

O protocolo será celebrado durante a conferência “Financiamento Comunitário para o Turismo – Turismo e Fundos Comunitários. Que futuro?” que acontece hoje pelas 14h30, no auditório do Centro de Estudos de História do

Atlântico.

A presidente da ACIF-CCIM é um dos oradores convidados e irá falar sobre os Fundos Comunitários: lições do QREN, desafios e oportunidades para o Turismo da Madeira 2020.

OPINIÃO

EDUARDO LUÍS

Reflexologo e presidente Ordem Mundial de Reflexologia
reflexfunchal@gmail.com

Dores nos pés o que fazer

Hoje começo com um tema interessante as dores nos pés, quantas pessoas que hoje sentem dores nos pés? Muitas. Por vezes questionamos o que esta acontecer, será que dei algum jeito? Será que tenho algum problema grave? Nunca questionam a falta de confiança ou a falta de motivação pela vida. Pensem nisto, tudo o que acontece no nosso caminho para uma boa caminhada esta interligado com os pés. Só por curiosidade podem perceber que durante vários milhões de anos os seres humanos mantiveram um constante contato com a terra. De fato, a pele humana é ligeiramente condutora da eletricidade e ao andar descalços facilitamos o adequado e regular intercâmbio entre a eletricidade corporal, a atmosférica e a terrestre.

Inclusivamente quando a inteligência chegou a desenvolver-se ao ponto de fabricar utensílios práticos, como o vestuário ou o calçado, o homem continuou em contato permanente com a terra, mantendo a todo o momento uma correta troca elétrica. Isto era possível graças às características eletrocondutoras da grande maioria das fibras naturais e peles, que foram sempre as únicas solas que os pés humanos utilizaram durante milênios.

A revolução industrial permitiu alterações inimagináveis nas formas de viver das sociedades humanas. Algumas dessas alterações resultaram claramente positivas, ainda que só desde às poucas décadas ficamos conscientes de certos efeitos secundários provocados pelo progresso acelerado do século XX: contaminação ambiental, deterioração global do meio, aumento de certas doenças e um crescente stress, tanto individual como social, que se traduzem em transtornos

nervosos e em cada vez mais depressões.

Existe um elemento que talvez nos tenha passado despercebido como fator de risco propiciador dessa crescente deterioração da saúde física e psíquica: a nossa falta de ligação com a terra e os problemas derivados do incorreto intercâmbio eletroatmosférico, assim como a excessiva acumulação de eletricidade estática no corpo.

Mas nunca podemos deixar de recorrer a um profissional, além da mudança interior e perceber o que podemos fazer devemos procurar profissionais de saúde, numa primeira abordagem questionamos: Onde exatamente a dor? Quando começou a dor? Verificamos se existe alguma lesão ou patologia associada, e para terem uma ideia podemos encontrar muitas patologias associadas as dores nos pés como:

HYPERLINK "http://www.minhavidade.com.br/saude/temas/tendinite" \t "_blank" Tendinite, rutura do tendão de Aquiles, joanetes, calos e calosidades, pés chatos, gota, dedos em martelo, neuropatia diabética, bursite, unhas encravadas, neuroma de Morton, osteomielite, osteoartrite, metatarsalgia, fratura no tornozelo, pé e dedos, fascite plantar, verrugas plantares, artrite reumatoide, artrite séptica...

Dos pés, diversos sistemas e órgãos em desequilíbrio são tratados por meio de estímulos externos gerando respostas internas como aumento da circulação sanguínea, da sensibilidade e da coordenação motora. A reflexologia é adequada para aliviar dores e sintomas originados nos pés.

Para mais informações consulte o centro de reflexologia da madeira para ter formações e informações sobre os terapeutas qualificados

RICARDO FREITAS

Dirigente sindical



Ventos de mudança ou corrente de ar

Tenho afirmado que, no imaginário do eleitorado regional, a ideia da mudança política já aconteceu.

Bastou, para tal, que o Sr. Jardim já não continuasse a disputar o lugar de Presidente do Governo Regional.

A confusão que se produzia no sistema regional, com uma concentração de poder na figura do Presidente do Governo Regional, isto, por uma real subjugação ou autoanulação das restantes instituições regionais, com destaque para a ALM, ajudou a essa ideia de mudança.

Essa ideia de mudança, contudo, é falsa.

Na verdade, pese o exercício do poder regional ter assentado numa personalização abusiva e num sistema autónomo de "presidencialismo de governo" ou se preferirem de um "caudilismo", a "escola" governativa era assumida pelo conjunto dos representantes do partido de poder e as más praticas que hoje já todos apontam foram por seguidas e advogadas pelos mesmos.

Não existe, pois, credibilidade na mudança do PSD Madeira.

Não existe outra coisa que não uma mudança tática, seguindo a tese de que "é preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma".

Só uma coisa trará a mudança. E essa é a chamada cura de oposição.

Criar uma autonomia democrática é essencial para ultrapassar os nossos problemas. E os nossos problemas passam por captar investimento; fazer crescer a economia; combater o desemprego; gerir a dívida.

Estamos, pois, confrontados com uma urgente necessidade de confiança e de credibi-

lidade dos agentes e partidos políticos junto do povo.

Partimos para eleições antecipadas num quadro difícil, com uma herança terrível e com a urgência de uma clarificação de projectos, processos e de princípios éticos.

O desafio que se coloca a todos os partidos é colocarem, em primeiro lugar, não o seu interesse mais particular, mas o bem comum. Igualmente terão de dar atenção ao seu comportamento político colectivo e, em particular, as respectivas lideranças, por forma a garantirem uma maior credibilidade junto dos eleitores, única forma de conseguirem um real crédito de confiança.

Já no quadro nacional, o Governo da República continua sem querer perceber que o papel do estado é fundamental para garantir uma estabilidade social na sociedade.

No seu afã de privatizações e de desmantelamento do estado, nada faz em relação à PT, pouco ou nada protege na TAP e desencadeia os processos de despedimento no Estado, mandando funcionários públicos para a mobilidade especial - requalificação, onde se prevê que até ao fim do ano 12 000 trabalhadores serão atingidos.

Com o silêncio cúmplice do Presidente da República, o Governo Passos/Portas, prossegue sem recuos as políticas de austeridade para além da troika, destruindo uma classe média e subjugando Portugal a desígnios de empobrecimento.

Esperemos que, pelo menos, os novos ventos da Europa, possam ajudar, em breve, o nosso país.

Em breve saberemos se teremos verdadeiros ventos de mudança ou assistiremos a uma mera corrente de ar.





Atualidade

Águas abertas como promoção do destino Madeira



Às vezes precisamos de ouvir elogios dos outros àquelas coisas que, por vezes, nos passam despercebidas por estarem tão próximas de nós. Isto a propósito das palavras de Colin Hill sobre as características do mar da Madeira. Aquele que foi o responsável pelas provas de natação em águas abertas nos Jogos Olímpicos de Londres, esteve no Funchal na semana passada, reuniu conosco, a propósito da Swim Marathon que vamos levar a efeito em novembro, e não ficou com dúvidas: «A Madeira é perfeita para águas abertas. A temperatura, a qualidade, os locais que há para nadar, é tudo fantástico! Estamos a meio de janeiro e, quando há neve em toda a Europa, as condições aqui são espetaculares.» Palavras do britânico, ele próprio um praticante de águas abertas e organizador destes eventos em Inglaterra que atraem, cada

um mais de 750 pessoas.

São as características que surpreenderam Colin Hill que temos, de há alguns anos a esta parte, procurado a realçar através da organização de eventos internacionais, defendendo a pertinência de uma maior aposta no nosso mar, nos mais diversos âmbitos, numa perspetiva de fonte dinamizadora da nossa economia, sendo as atividades náuticas uma das formas de rentabilizar aquela que é, afinal, a nossa maior infraestrutura e a menos dispendiosa. Seja na natação de águas abertas, na canoagem, na vela, no mergulho, no lazer, etc., a Madeira tem condições para tornar-se um centro náutico europeu, especialmente no inverno. E não somos (só) nós que o dizemos.

Bom fim de semana
MAFALDA FREITAS
Presidente

Crónicas, Recordações e Memórias do Naval

Sumos de Essaouira

Esta história passou-se em junho de 2010, aquando da travessia em mota de água levada a cabo pelo Eng.º Frederico Rezende, então Vice-presidente do CNF, entre Marrocos e a Madeira. Estávamos em Essaouira no final da tarde e depois de horas algo agitadas devido à preparação das embarcações, tivemos finalmente algum tempo para uma incursão pelas ruas da Medina.

Logo à entrada, avistámos um pequeno quiosque, monologar e todo ele em folha de zinco, com uma montra repleta de vistosas laranjas. Lá dentro estava uma personagem com véu a espremer as laranjas, num velho espremedor de inox e à sua frente dois copos quase prontos a convidar-nos

para degustarmos o delicioso suco. Ávidos pela ideia de refrescarmo-nos, avançámos cheios de vontade. Entretanto, como um dos copos estava cheio e ao outro ainda faltava um pouco, a senhora não esteve com meias medidas, puxou por uma palhinha, sugou sumo do copo mais cheio e sorriu para nós, satisfeita com a sua façanha, que deixou os copos com medidas iguais. Ficamos literalmente boquiabertos, de espanto e com um desejo de beber sumo de laranja por satisfazer. Naturalmente, declinámos o convite para provar aquele que seria, provavelmente, um bom sumo.

Chegados ao hotel, contámos o sucedido ao resto da equipa durante o jantar e no



dia seguinte, ao pequeno-almoço, os copos de sumo ficaram na mesa — como a foto-

grafia indica — sem que ninguém lhes tocasse, apesar do hotel ser propriedade de um

casal franco-espanhol mas... com trabalhadores locais.

BARATA DA SILVA



GANHE UM VOUCHER NAVAL

Em que ano se realizou a 1ª edição da regata Canárias – Madeira em barcos de vela de cruzeiro, e quem venceu?

Respostas para: tribunadamadeira@gmail.com



NAVALISTA

Natação — Masters de Inverno

Susana faz póquer com três recordes

Susana Gomes foi a grande protagonista do Open Internacional de Masters de Inverno, disputado no fim de semana transato, nas piscinas da Pentada. No escalão C, a nadadora do Naval esteve imparável e ganhou as 4 provas em que mergulhou, batendo três recordes nacionais, nos 50 mariposa (29.54), 100 estilos (1:09.68) e 100 mariposa (1.06.87). “Só” nos 100 livres (1:01.71) a navalista sagrou-se Campeã Nacional sem fixar um novo tempo mínimo. Luís Pinto conquistou dois títulos, nos 50 livres (23.62) e nos 100 livres, neste último caso com um novo recorde nacional, com o registo de 51.57 segundos.

Ao pódio, para receber a medalha de prata, subiram Lauro Diniz, no escalão F, nos 100 (1:01.74) e nos 200 livres (2:16.52), Filipe Andrade, no escalão D, nos 50 bruços (34.67), Frederico Silva, no escalão B, nos 50 livres (24.85), e António Pereira, no escalão G, nos 50 livres (31.00), para além das estafetas 4x50 estilos (1:55.53), categoria 2, 4x50 livres (1:47.01), categoria 2, e 4x50 livres (1:56.74), categoria 4. Finalmente, foram bronzeados António Pereira, no escalão G, nos 50 metros bruços (44.13), Filipe Andrade, no escalão C, nos 50 mariposa (30.13) e Rui Pereira, no escalão F, nos 50 mariposa (34.55).

CIRILO BORGES



Navalistas invadem pódios na primeira prova de 2015

Mão cheia de títulos

O 1.º Torneio de Benjamins, destinado aos mais pequenos judocas, até aos 10 anos, houve sobretudo muita diversão mas também mostra das técnicas mais básicas já apreendidas. Realce para o facto de, dos 83 participantes, 35 terem representado o Naval, ou seja, quase metade do total.

Já o 1.º Torneio Zéponês, que incluiu atletas infantis, iniciados e juvenis I, realce para os triunfos de Rui Costa (-35 kg) e Gustavo Miranda (-55 kg), em infantis/iniciados e juvenis I, respetivamente. No escalão mais baixo, conquistaram medalhas de prata Ana Patrício (-55 kg) e Vítor Bernardino (-35 kg), enquanto nos juvenis I também Mauro Faria (-55 kg) foi prateado. Afonso Gonçalves (-55 kg) foi “bronzado” em juvenis I e, nos infantis/iniciados, Manuel Rodrigues alcançou o 4.º lugar.

Mais a sério, nos Campeonatos Regionais Individuais de Cadetes e de Juniores, o Naval mais de uma dezena de medalhas, destacando-se os cinco títulos regionais. Os grande protagonistas foram Francisco Freches (-66 kg) e Leonardo Azevedo (-81 kg), que subiram ao degrau mais alto do pódio, naquelas categorias de peso, tanto em cadetes como em juniores. Tomé Castro (-60 kg) também sagrou-se campeão regional nos cadetes, escalão onde o Naval teve 4 vice-campeões: Ana Carolina (-52 kg), João Martim (-66 kg), Pedro Cardoso (-73 kg) e Antero Castro (-81 kg), enquanto João Fernandes (-81 kg) foi medalha de bronze. Nos juniores, João Martim e João Fernandes conquistaram a prata, enquanto Pedro Cardoso e Antero Castro foram “bronzados”, nas mesmas categorias de peso de cadetes.

IV TORNEIO SOLIDÁRIO
BASQUETEBOLO
AQUÁTICO
2015

31 JANEIRO
 COMPLEXO DESPORTIVO DA NAZARÉ

Amigos do Naval e Amigos do CAB juntos pela Associação Portuguesa de Deficientes

16h30 às 18h30
Torneio de Minis

19h00
Jogo Solidário
 (Amigos do CAB vs Amigos do Naval)

Uma iniciativa:

Clube Naval do Funchal®

Com o apoio:

APD CAB Madeira BRISA MARACUJA

Turismo em crescimento

O crescimento a dois dígitos reforça turismo como motor da economia nacional



Os dados do turismo relativos a novembro de 2014 consolidam a trajetória positiva que o setor tem vindo a registar em todos os principais indicadores, reforçando o crescimento conseguido ao longo do ano, segundo o INE.

Em termos globais e em relação ao período homólogo – de janeiro a novembro de 2013 – 2014 apresenta um aumento de 11,7% no número de hóspedes (15,179 milhões), que esteve na origem de 44,058

milhões de dormidas. Os resultados confirmam a trajetória dos últimos dois anos, período no qual Portugal se tem vindo a destacar face aos países que constituem a principal concorrência europeia, com a conquista de quota no competitivo mercado turístico internacional.

Para o Presidente do Turismo de Portugal, João Cotrim de Figueiredo, são “dados muito positivos que refletem, em primeira linha, a qualidade o trabalho das empresas turísticas em Portugal, que têm sabido aproveitar melhor do que os

seus concorrentes as oportunidades de mercado. Há muita gente a fazer muita coisa muito bem feita”.

Também o contributo das entidades oficiais a nível autárquico, regional e nacional mereceu o reconhecimento do presidente da instituição: “os organismos públicos ligados ao turismo têm conseguido, de uma forma cada vez mais concertada, melhorar as condições em que os empresários e a iniciativa privada de um modo geral operam, o que constitui uma forma de incentivo ao investimento e à criatividade.

Os resultados estão à vista e este espírito de parceria é para continuar”.

No que diz respeito aos dados relativos a novembro de 2014 e em relação ao mesmo mês de 2013, merecem destaque as regiões dos Açores, Lisboa e Algarve que registaram um aumento muito expressivo das dormidas (+ 26,0%, + 15,1% e + 13,7% respetivamente), o que para os Açores representa uma clara inversão da tendência registada nos últimos meses.

A Bélgica liderou o ranking dos principais mercados emissores,

com um acréscimo de 57,1% face a novembro de 2013, logo seguida pelo mercado francês (+37,7%). Os 10 principais mercados emissores representaram neste mês 74,2% das dormidas de não residentes.

Novembro manteve-se positivo também para o mercado interno, com um crescimento nas dormidas de 5,9% face ao mês homólogo do ano anterior, um ritmo que, embora menos acelerado que em outubro último, continua a ilustrar o interesse dos portugueses pela descoberta do seu país. ●

PUB

Editora

O Liberal

O livro da semana

Luisa Antunes Paolinelli

10€

Adquira-o a preço de custo
Edifício O Liberal

PEZO, Lote7, Socorridos | 9004-006 Câmara de Lobos
Tel. 291 911 300 | Fax 291 911 309 | Email: comercial@oliber.pt

NUNO RAFAEL MARQUES DINIS

Presidente do Conselho Fiscal do Sindicato Nacional de Oficiais de Polícia (SNOP)



Condição policial

Numa boa parte dos países desenvolvidos, a actividade policial enquanto profissão é das mais respeitadas e consideradas pela população. É certo que em Portugal, onde estamos habituados a ver rankings para as mais diversas situações, o reconhecimento pelo exercício desta profissão tem registado algumas flutuações.

Nos anos que se seguiram à conquista da liberdade, com o 25 de Abril de 1974, tudo o que representava a autoridade do estado era olhado com natural e justificada desconfiança. Foram precisas décadas para recuperar a confiança das populações e despertar na comunidade a consciência de que o papel das Forças de Segurança é mesmo imprescindível para que possamos viver a vida como a conhecemos. Apenas o rigor e dedicação de milhares de profissionais que durante anos serviram o país no sector da segurança interna, tornou possível figurar novamente em lugar de destaque entre as profissões mais respeitadas pelo cidadão.

Como se conseguiu então cativar uma parte da população e especificamente os mais jovens, para procurarem nas Forças de Segurança, nomeadamente na PSP, um futuro profissional? Era sabido que tinham à sua espera importantes restrições ao exercício

de alguns direitos, instalações degradadas, prestação de trabalho por turnos, salários baixos, uma actividade de risco claramente acrescido e um regime de mobilidade extremamente exigente e altamente penalizador em termos de vida familiar.

Na verdade, existiam mecanismos de compensação. A penosidade do trabalho policial era justamente compensada com o reconhecimento de direitos que se consideravam inerentes à própria condição policial: um regime de pré-aposentação mais favorável, que privilegiava a prontidão física e mental dos profissionais, permitindo-lhes abandonar o serviço efectivo mais cedo do que a generalidade dos trabalhadores. No que concerne à mobilidade, muitas vezes “forçada” em nome do interesse público e sempre penalizadora para o mobilizado, o estado assumia a sua responsabilidade através da criação de um regime legal que permitia que, por exemplo numa viagem de comboio, o elemento policial suportasse apenas uma pequena parte do custo real do bilhete, sendo o restante suportado pelo próprio estado. Fruto dos tempos de contenção e racionalização da despesa, esta compensação foi substancialmente afectada, tornando-se hoje quase irrelevante, transferindo-se o custo naturalmente para o trabalhador. Por último, o regime de apoio na doença, que considerava que a condição policial também deveria justificar uma pres-

tação de cuidados de saúde ao melhor nível, foi-se gradualmente degradando até se aproximar cada vez mais do apoio que é devido à generalidade da população activa.

Com grande habilidade política, as mais relevantes e justas compensações que eram inerentes à condição policial, foram gradualmente apelidadas e tratadas como “regalias”, associando-lhe uma clara conotação negativa, destinada a criar na comunidade a convicção de que ninguém deve ser alvo de tratamento especial. E aqui reside precisamente o problema, na medida em que o trabalho policial é comprovadamente mais penoso do que o de outros servidores do estado. A comprová-lo estão a menor esperança média de vida de um profissional de Polícia, a incidência preocupante de casos de suicídio ou o elevado número de divórcios, entre outros indicadores, resultados a que segundo alguns estudos já realizados, não será alheio o stress profissional, a constante exposição ao risco, a penosidade do trabalho nocturno e o afastamento forçado do ambiente familiar.

Contra toda a adversidade, a PSP é hoje uma “marca” de referência no plano nacional e internacional, fruto da sua acção no contexto da segurança interna, melhorando a cada ano que passa os seus níveis de eficiência e eficácia, sempre à custa do esforço diário dos profissionais que a servem. Se porventura alguns relatórios oficiais, nomeadamente o RASI indicassem com clareza, de entre as várias Forças e Serviços de Segurança, quem contribuiu com o quê para a segurança dos portugueses, as conclusões seriam certamente interessantes, especialmente se o trabalho desenvolvido fosse comparado com os orçamentos anuais atribuídos a cada instituição.

Não deixa também de ser curioso que, no mesmo país

e no mesmo período temporal de exigência, restrições e cortes que descaracterizaram a condição policial, se tenha mantido o essencial da condição militar – a possibilidade de um militar abandonar o serviço activo antes dos outros servidores do estado, sem aqui se questionar a inteira justiça de não tratar de forma igual o que é diferente.

Os profissionais de Polícia têm bem presente que não existiu um rumo único e bem definido em termos de vínculos e carreiras, soprando os ventos ora no sentido da desmilitarização, ora no sentido da plena integração na função pública. As experiências já realizadas deixaram porém uma certeza: aos profissionais de Polícia foram sempre integralmente aplicadas as restrições e deveres de determinado estatuto e apenas parcialmente os direitos daí decorrentes, situação que ficou conhecida na gíria policial como uma tendência crónica para “herdar o pior de dois mundos”.

Uma nova lei orgânica e um novo estatuto de pessoal estão para breve. Os profissionais de Polícia não esperam e não pretendem tratamentos de favor, apenas o tratamento que lhes é devido pelo contributo que prestam à vida em sociedade.

Num momento histórico marcado pela mutação ao nível da ameaça global que impende sobre os regimes democráticos, em que os Polícias são simultaneamente protectores da comunidade que servem e alvos preferenciais de determinados movimentos extremistas, é bom que se perceba, de uma vez por todas, que a quem zela pela segurança de todos colocando em risco a própria vida, não se pode continuar a negar ou desvirtuar a sua condição policial.

www.tribunadamadeira.pt



Mantém-te atualizado em...

www.diariocidade.pt



PAULA BELBUT

Deputada Municipal do PAN na Assembleia Municipal do Funchal



Perseguir a liberdade

No ano em que começou a fazer a “viagem” eu fiquei muito preocupada, às vezes triste. Durante mais de um mês não tive notícias e imaginava o pior.

Então, no dia do meu aniversário, ela apareceu com uma mensagem muito divertida a dar-me os parabéns. Fiquei tão feliz! Por se ter lembrado, por estar bem, por ter aparecido!

Durante todo este tempo, eu pensei muito na vida, nas opções que fazia, na felicidade que sentia

vivendo uma vida de desapego. Alterei muitas das minhas opções também. Passei um ano quase sem contactar com pessoas, passei

a procurar muito mais a natureza e assim também a sentia mais próximo e que a compreendia melhor: ninguém imagina o ser que está por trás dela - a menina livre que vive por aí.

Só quem se cruza com ela sabe do que falo.

Aprendi a não julgar ninguém pelo aspecto, a pensar que por trás de um qualquer olhar, pode estar uma pessoa incrível com uma história inimaginável. São pessoas comuns, que levam vidas

normais, sem luxo e sem dinheiro, mas que conseguem ver muito além do que seus e os nossos olhos alcançam... Conseguem quebrar as barreiras do preconceito e têm coragem, muita coragem de correr atrás dos seus sonhos.

A vida também é feita de sentimentos e esses, jamais poderão ser explicados, porque estão muito além da razão, ocupam um espaço mágico que só os gigantes de coração podem alcançar:

“Hoje fui para o centro de bicicleta. Hoje dancei. Hoje ofereceram-me um saco de tangerinas. Hoje dei tangerinas a toda a gente. Hoje ouvi música.

Hoje fiz música. Hoje apaixonei-me. Hoje conversei. Hoje dormi o que precisava. Hoje comi o que queria. Hoje espreguei-me. Hoje sorri. Hoje fiz amigos novos. Hoje senti-me bem. Hoje fui a lugares onde nunca tinha ido. Hoje fiz coisas que nunca tinha feito, e sempre tinha querido. Hoje aprendi algo novo e que me vai ajudar amanhã. Hoje sou mais completa do que

ontem. Hoje sou mais rica do que ontem. Hoje fiz o que deixei para fazer amanhã. Hoje visitei amigos de quem tinha saudades. Hoje escrevi aquela carta. Hoje tive aula de saxofone. Hoje trataram-me bem. Hoje ensinei alguém. Hoje escrevi um pouco. Hoje realizei dois sonhos. Hoje lembraram-se de mim. Hoje vou dormir feliz e ansiosa por amanhã, porque sei que só depende de mim fazer as coisas que gosto. Realizar os meus sonhos.”

www.tribunadamadeira.pt

PUB



FOTO SOUVENIR

Espectáculo de
AVES de RAPINA
e RÉPTEIS

Birds of Prey and Reptile Show

Spectacle de fauconnerie et reptiles

marcações: 962 845 620
tjcardoso@hotmail.com
f fotosouvenirmadeira

exclusivo
AQUAPARQUE
M. Cruz • Açores

PUB

tribuna
da Madeira

Empresa proprietária:
O. L. C. - Audiovisuais,
TV, Multimédia, Jornais e Revistas, Lda.
Contr. n.º 509865720
Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial da Ponta Delgada, com o n.º 04795/92

Sociedade por quotas com o capital social de € 100.000,00
Sócio-gerente com mais de 10% do capital - H.S.S.A. - Unipessoal

Redacção e Paginação:
Telef.: 291 911400 e 291 911300 - Fax: 291 911409
E-mail: tribuna@tribunadamadeira.pt
http://www.tribunadamadeira.pt

Sede:
Edifício Sol-Mar, sala 303, Ponta Delgada
Telef.: 291 911400/300 - Fax: 291 911409
E-mail: comercial@tribunadamadeira.pt

Parque Empresarial Zona Oeste - PEZO, Lote n.º 6
9300 Câmara de Lobos - Madeira - Portugal

Director:
Edgar R. de Aguiar

Redacção:
Fabiola Sousa, Juan Andrade
Ricardo Soares e Sara Silvano

Fotografia:
Fábio Marques (Madeira),
Diana Sousa Aguiar (Lisboa)

Economia:
Juan Andrade

Secretariado de Redacção:
Dulce Sá

Colunistas: António Cruz,
Celso Neto, Constantino Palma,
Ferreira Neto, Francisco Oliveira
Gregório Gouveia,
Helena Rebelo, Humberto Silva,
Idalina Perestrelo,
Joana Homem Costa,
José Carvalho,
José Mascarenhas, Luísa Antunes,
Pinto Baptista, Raquel Coelho,
Ricardo Freitas, Teresa Brazão
e Rui Almeida

Paginação e tratamento de imagem:
Miguel Mão Cheia, Miguel Reis

Departamento Comercial:
Hernani Valente

Departamento Financeiro:
Clara Vieira

Redacção, montagem, impressão e distribuição: O. L. C., Limitada

Morada: Parque Empresarial Zona Oeste
PEZO, Lote n.º 6
9300 Câmara de Lobos
Madeira - Portugal

Telef.: 291 911300 e 291 911301
Fax: 291 911309
E-mail: comercial@tribunadamadeira.pt

Registo no ICS N.º 123416
Empresa jornalística N.º 220639
Depósito legal N.º 142679/99
INPI N.º 4354 N 9909
Tiragem: 11.000 exemplares

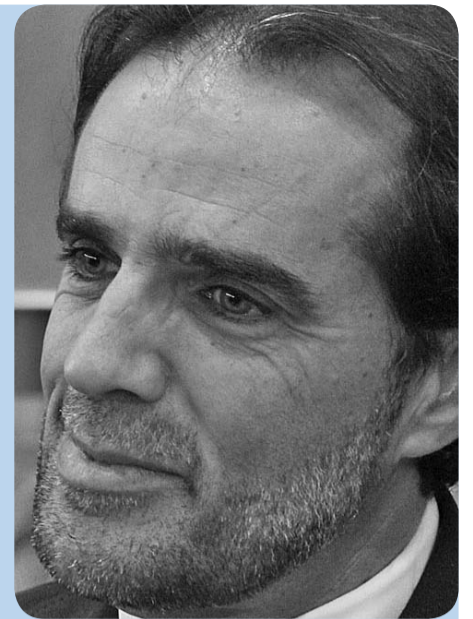
“Se é certo que a questão tem um impacto mais direto e imediato na Região Autónoma dos Açores, esta é uma decisão que afeta o nosso país no seu todo, que afeta o relacionamento diplomático, que afeta a aliança e a forma como no fundo os países se devem tratar, sobretudo aqueles que se dizem aliados”

Vasco Cordeiro, presidente do Governo Regional dos Açores – SIC Notícias



“Nos últimos anos persistiu-se no erro. Esgotara-se a fórmula. Pena que não tivesse havido esta alteração em 2012 e poder-se-ia travar a perda expressiva de votos e de autarquias”

Miguel Albuquerque, líder do PSD-Madeira – Revista Visão



“Bola de Ouro para Ronaldo é um absurdo”

Johan Cruyff, ex-futebolista – A Bola



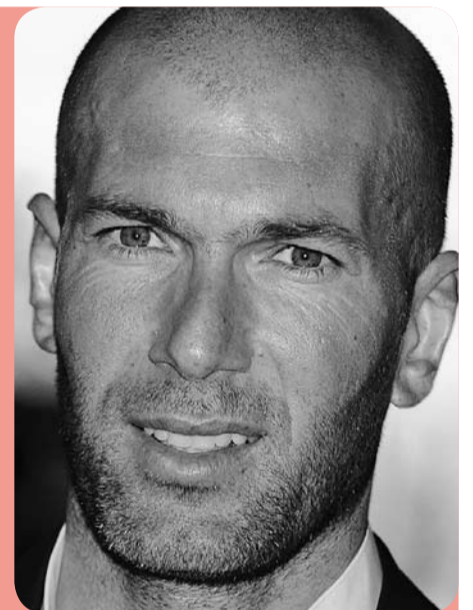
“O BES é um banco, digamos, profundamente estável, esse facto é um legado que Ricardo Salgado deixa; é um banco robusto, com capitais, um banco credível”

José Luís Arnaut, ex-ministro – Antena 1



“Cristiano Ronaldo vai ganhar mais Bolas de Ouro. O que tem vindo a fazer é de outro planeta. Se continua assim, vai conquistar mais e pode mesmo vir a ganhar mais do que Messi”

Zinedine Zidane, ex-futebolista – Record



“Devemos ser intransigentes no ódio às sociedades liberais”

Augusto Santos Silva, comentador – TVI 24



“Governo tem de dar explicações sobre Base das Lajes”

António Costa, secretário-geral do PS - RTP



“Recomendaria a António Costa que fizesse papel de morto”

Lúis Mira Amaral, presidente do banco BIC – Diário Económico



“Este [Figo] se tivesse calado e fosse a uma parede bem áspera e coçasse lá os cotovelos faria melhor ... O que vale é que o CR7 tá protegido do olho grande ... E quem não se sente não é filho de boa gente ... Pronto e é isto... KA”

Kátia Aveiro, cantora – Facebook





ANA BRUNO & ASSOCIADOS

Sociedade de Advogados, RL



DRA. VANESSA RODRIGUES

Advogada, área de actuação:
Direito Societário e comercial
e-mail: vanessa.rodrigues@anabruno.pt

Tem um carro parado na garagem? Quer vendê-lo? Conheça as novidades!

Sabia que o vendedor agora também já pode efectuar sozinho o registo de propriedade automóvel? Pois é, agora quando vender um carro já não precisa de ficar preocupado e com receio de receber multas em casa, que não suas, para pagar. Conheça as novidades deste regime.

Em 15 de Dezembro do ano passado foi publicado um diploma em Diário da República (DRE) que visa a segurança do comércio jurídico e a protecção dos direitos dos verdadeiros proprietários. O regime em vigor permitia tanto ao vendedor como ao comprador efectuar o registo de propriedade de veículos adquirida por contrato verbal, mediante o requerimento de registo devidamente assinado por ambas as partes, tendo para este efeito o prazo de 60 dias a contar da data da compra e venda do veículo. Os casos em que o registo não é efectuado podem prejudicar o antigo proprietário, nomeadamente em situações

de cobrança de Imposto Único de Circulação (IUC) ou mesmo notificações de coimas de trânsito, que atinge quem se encontra registado como proprietário do veículo automóvel e não o seu verdadeiro proprietário e infractor.

De forma a tentar solucionar estas situações surgiu um procedimento especial para registo de propriedade de veículos requerido apenas pelo vendedor, com base em documentos indiciadores da compra e venda e com notificação à parte contrária a cargo do serviço de registo.

Como funciona este novo procedimento? Após ter decorrido o prazo legalmente estabelecido para se efectuar o registo obrigatório, o registo de propriedade pode ser requerido apenas pelo vendedor, desde que este tenha facturas, recibos ou outros documentos de quitação, dos quais conste a matrícula do veículo, o nome e a morada do vendedor e do comprador. De notar que este

novo procedimento exclui os stands de automóveis, pelo que apenas pode ser utilizado por vendedores particulares. Posteriormente, o conservador notifica o comprador para se opor, contestar ou completar o pedido de registo. A decisão de registar/não registar a aquisição será do conservador e irá depender da apreciação feita aos meios de reacção disponíveis e utilizados pelo comprador. Havendo uma decisão definitiva de não efectuar o registo, o serviço de registo solicita às autoridades competentes que procedam à apreensão do veículo. Nestes casos, quando o registo de propriedade do veículo não é regularizado, a matrícula é cancelada oficiosa e gratuitamente pelo Instituto da Mobilidade e dos transportes (IMT) após 3 meses sobre o respectivo pedido de apreensão. Estas acções de cooperação surgiram no âmbito de protocolos celebrados entre o Instituto de Registos e Notariado (IRN) e

as autoridades fiscalizadoras do trânsito e o IMT.

O registo efectuado apenas pelo vendedor pode ser promovido online e não dá lugar a emissão oficiosa de certificado de matrícula, devendo este ser requerido pelo titular do registo de propriedade acompanhado da declaração de que o veículo lhe pertence.

Este registo de propriedade de veículos promovido apenas pelo vendedor terá um custo emolumentar de € 75,00 (ou € 40,00 quando a compra e venda tenha ocorrido até 31 de Dezembro de 2013 e o registo tenha sido requerido até 31 de Dezembro de 2015) e o pedido de certificado de matrícula um custo de € 95,00.

Encontra-se nesta situação? Recebeu notificações de coimas e de impostos para pagar de um veículo que já vendeu? Resolva a sua situação sem mais demoras com este procedimento especial.

Nota de Imprensa

Decorreu no dia 12 de janeiro no "Canico Shopping" a entrega dos Prémios às Escolas do 1º e 2º Ciclos e Pré-escolar da RAM participantes no passatempo de Natal "Vamos decorar o Canico Shopping...dando a mão à Biodiversidade", que contou com a presença do Diretor Regional do Ambiente, Diretor do Parque Natural da Madeira e Seu Staff, Alunos e Docentes das Instituições de Ensino envolvidas e demais convidados. Este Evento resulta da parceria entre o "Canico Shopping" e o Serviço do Parque Natural da Madeira - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais que lançaram um passatempo aos Alunos do Pré-escolar e 1º e 2º Ciclos das Escolas da Região que consistiu na decoração do Centro Comercial "Canico Shopping", recorrendo ao uso em exclusivo de materiais reutilizados alusivos à Quadra Natalícia.

Este desafio pretendeu sensibilizar os mais jovens para a reutilização de materiais e consequente diminuição de resíduos que constituem um problema atual e urgente no planeta, em prol da biodiversidade e do meio envolvente. Ao mesmo tempo, mostrou que recorrendo aos materiais já existentes e com muito baixo investimento financeiro é possível obter resultados muito gratificantes, como foi o caso da decoração de um Centro Comercial a custo zero. A premiar todas as Escolas participantes, o "Canico Shopping" em parceria com a Papelaria "APV" e com a "IMADEx", Lojista e Parceiro do Centro Comercial respetivamente, irão oferecer um Voucher Prenda para que possam adquirir material escolar. Os Parceiros e a Gestora do Centro Comercial consideram esta iniciativa um sucesso e desejam que seja um exemplo a repetir e que outras Entidades possam também abraçar.



☎ 291 935 600 @ canicosshopping@netmadeira.com

Hospitais do SNS devem ter mais do que um endocrinologista

Defende o médico Silvestre Abreu

O endocrinologista alerta que “atualmente há jovens endocrinologistas sem capacidade de colocação, ou seja, no desemprego no sector público”.

O Funchal acolhe, até domingo, o Congresso Português de Endocrinologia 2015.

SARA SILVINO

ssilvino@tribunadamadeira.pt

O Congresso Português de Endocrinologia 2015, a 66ª Reunião Anual da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo, cuja abertura foi assinalada a 22, realiza-se até este domingo, no o Centro de Congressos do Hotel Vidamar, no Funchal.

O evento que irá abordar vários temas, conta com mais de 400 congressistas.

A Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo (SPEDM) defende que “todos os hospitais do país devem ter endocrinologistas, devido à prevalência crescente de doenças do foro endocrinológico como a diabetes e as doenças tiroideias”, sustenta Silvestre Abreu, vice-presidente da SPEDM.

O médico acrescenta ainda: “A par da formação, é necessário a abertura de quadros para a colocação dos especia-

listas de Endocrinologia nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde pois só estes profissionais estão habilitados a fazer o enquadramento e gerir as situações endocrinológicas de forma eficaz e custo-efetiva, sem duplicação de exames desnecessários, por exemplo”.

A Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo tem procurado, junto do ministério da saúde, que sejam abertas vagas em todos os hospitais do país, para colocação “não de um, mas de dois ou mais endocrinologistas, uma vez que apenas um especialista e isolado, dificilmente conseguirá abranger todas as situações e resolver os problemas destes doentes”, frisou Silvestre Abreu.

O endocrinologista alerta ainda que “atualmente há jovens endocrinologistas sem capacidade de colocação, ou seja, no desemprego no sector público”. ●



O Funchal Jazz “é uma marca da Cidade do Funchal”

O concurso público deste evento, que se realiza em Julho, tem um valor base de 80 mil euros

Foi deliberado em reunião de vereação da autarquia do Funchal, realizada no passado dia 15, a abertura dos necessários procedimentos para mais uma edição do Funchal Jazz.

A 15ª edição deste evento, considerado já um cartaz turístico da Região Autónoma da Madeira, em que muitos vêm de propósito nesta altura para assistir ao evento, rá se realizar

em Julho, no Parque de Santa Catarina. O concurso público apresenta o valor base de 80 mil euros.

A vice-presidente da Câmara Municipal do Funchal (CMF), Idalina Perestrelo, frisou que o Funchal Jazz é um festival de renome já internacional, realçando que tem vindo a ser uma marca da cidade do Funchal.

Neste sentido, a autarquia

continua a apostar na qualidade, com artistas de renome.

Na edição do ano passado, o Funchal Jazz apresentou um orçamento bem menor do que as anteriores edições. Na altura, suscitaram críticas quanto à qualidade do evento tendo em conta a redução de custos. Porém, Cafôfo conseguiu reduzir verbas e manter o evento com qualidade.

Workshop “Mamãs sem Dúvidas”

O concurso público deste evento, que se realiza em Julho, tem um valor base de 80 mil euros

O Museu de Eletricidade Casa da Luz irá ser palco do Workshop «Mamãs sem Dúvidas». O evento, gratuito para pais e casais grávidos, irá se realizar a 30 de janeiro deste ano. É uma iniciativa desenvolvida pelas Barrigas de Esperança com o apoio de Bebê Vida.

A formadora da Bebê Vida, Sofia Borralho, irá abordar o tema “Cordão umbilical, uma alternativa terapêutica” e falará sobre todo o processo, bem como vantagens, mais-valias e formas de criopreservação.

Para além deste tema, serão abordadas as seguintes temáticas: A importância do sono

na idade pediátrica – Dr. Paulo Sousa, Neuropediatra; Cordão umbilical, uma alternativa terapêutica – Dra. Sofia Borralho, Formadora Bebê Vida; Hipnobirthing, método para um parto e nascimento natural, calmo e confiante – Enfermeira Cristina Valentim Especialista em Saúde Materna e Obstétrica e Vivências psicológicas da mulher na gravidez – Dra. Cristina Andrade, Psicóloga Clínica.

De realçar, durante o evento serão realizadas uma série de ações como ofertas, sorteios, descontos e ofertas de amostras para as mamãs e seus bebês.